

ROMILDA DE SOUZA LIMA VIANA

**O PROJETO UHE CACHOEIRA DA PROVIDÊNCIA: UMA ABORDAGEM
ETNOGRÁFICA DOS EFEITOS SOBRE A POPULAÇÃO LOCAL**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2000

Ao meu marido Paulinho;
aos meus pais Ubiracy e Lydia;
aos meus sogros Paulo e Maura;
aos meus irmãos Mauro, Cristina e Gumercindo,
Aos meus sobrinhos Dalila, Pê, Jônathas, Pedro,
Arthur, Gabriela, Fabíola, Túlio, Beatriz, Raquel e Rebeca.
Aos meus cunhados Fabiana, Lucimar, Cláudio, Sérgio, Júnia, João e Sheila,
que acompanharam de perto esses três anos.

AGRADECIMENTO

Várias pessoas merecem agradecimento pela finalização deste trabalho.

À FAPEMIG agradeço pelo tempo que me concedeu a bolsa para dedicação exclusiva.

Aos funcionários do Departamento de Economia Rural, pela disposição em ajudar sempre que preciso. À Graça, pela prontidão em resolver nossos problemas de última hora. À Tedinha pela educação e agilidade nos serviços. A Rosângela pela paciência em seu trabalho na biblioteca. A Ruço, pelos vários favores prestados. A Brilhante, pela atenção nos meus eternos problemas com o computador. À Carminha e à Rita, pelos conversas no balcão e pela atenção. À Ariadne, Helena, Luíza, Sr. Antônio, Sr. Exedito, Sr. Carlito e D. Maria, agradeço por todos os serviços prestados e pela simpatia.

Aqueles que me ajudaram na formação acadêmica, agradeço aos professores do departamento de Economia Rural, em especial, àqueles de quem tive o privilégio de ter sido aluna, e ou, de ter tido um contato mais próximo.

Ao Professor Franklin Daniel Rothman, meu orientador, durante boa parte desse trabalho, pelo incentivo, compreensão e confiança.

À professora Alice Inês de Oliveira Silva, que também me acompanhou neste trabalho, como conselheira. Agradeço não somente a orientação, mas também a amizade e carinho.

Aos professores José Ambrósio Ferreira Neto, Maria Izabel Vieira Botelho e France Maria Gontijo Coelho, pelo empréstimo de material bibliográfico e apoio. Ao professor Ambrósio, também pelas observações no seminário de tese.

Ao professor Fábio Faria Mendes, pela eterna paciência em escutar e instruir. Aos professores que me acompanharam durante as disciplinas: José Norberto Muniz, Rosana Rodrigues Heringer, Antônio Luiz de Lima, José Geraldo Fernandes de Araújo, Geraldo Magela Braga e José Benedito Pinho.

Agradecimento especial à professora Maria de Fátima Lopes, que aceitou passar de conselheira à orientadora na metade deste trabalho, em razão de o professor Franklin ter se ausentado para fazer seu pós-doutorado. Agradeço pelas críticas, elogios, paciência e pelo carinho.

Aos amigos que ganhei durante o mestrado e que, apesar de espalhados por esse País, continuam sempre presentes através de telefonemas, e-mail e encontros ao acaso. À Silvana Amanda Amaral Tafuri (Silvaninha), minha quase irmã, pela afinidade, alegria e carinho. A André Luís Torres (Andrezinho), pelo companheirismo, pela confiança e pela coerência. À Andréia Zulato Marçolla (Deia), pela serenidade e pela confiança. À Geana Patrícia Pinheiro Barros Pereira, pela sua eterna alegria e descontração. Ubiratam Garcia Vieira (Bira), pelo companheirismo e amizade. À Tatiana Ribeiro Velloso (Tati), pelo seu carinho como colega e amiga. À Ana Luíza, pelas palavras realistas em nossos momentos divagadores e pela amizade. À Nicolina Maria Arantes Botelho, agradeço pelos momentos de conversa nos intervalos das aulas.

Àquelas pessoas, que Deus colocou em meu caminho durante esse período, e que influenciaram nas minhas opções e na minha vida.

À Deus, que em tudo me ajudou e me presentiu.

À população da zona rural de Pedra do Anta que tem por mim tanto carinho e respeito. Agradeço pela acolhida, pelas refeições, pelos presentes e pela paciência durante nosso convívio. À Marilda, minha amiga de tantos anos e que por várias vezes trocamos experiências.

Para finalizar, agradeço a minha família, meus pais, Ubiracy e Lydia, meu marido, meus irmãos, meus sobrinhos, meus cunhados e cunhadas, meus

sogros, todos eles que souberam entender meus momentos de cansaço, mau-humor e que me incentivaram em momentos de desânimo.

BIOGRAFIA

ROMILDA DE SOUZA LIMA VIANA, filha de Ubiracy de Souza Lima e Lydia Iglésias de Souza Lima, nasceu em Viçosa, Minas Gerais, em 02 de outubro de 1967.

Cursou o primário na Escola Estadual Presidente Arthur da Silva Bernardes; 1.º e 2.º graus, respectivamente, na Escola Estadual Dr. Raimundo Alves Torres e Colégio Universitário – COLUNI.

Graduou-se em Economia Doméstica, na Universidade Federal de Viçosa, MG, em 1993. Trabalhou de 1994 a 1996, como assessora administrativa na Sociedade Agropecuária Ltda. e em 1996, como professora de 2.º grau na Escola Estadual Professor José Albino Leal, na cidade de Pedra do Anta, MG.

Em março de 1997, iniciou o curso de Mestrado em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa, defendendo tese em junho de 2000.

CONTEÚDO

	Página
LISTA DE ABREVIATURAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
1. INTRODUÇÃO	1
2. O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	6
2.1. O licenciamento ambiental no setor elétrico	6
2.2. O processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica Cachoeira da Providência	8
3. A ORGANIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES ATINGIDAS	10
4. IMPACTOS/EFEITOS DA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS NO TEMPO E NO ESPAÇO	16
5. ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO	22
5.1. O universo da pesquisa e dos pesquisados	22
5.2. A região de estudo dividida em comunidades	25
5.3. A escolha dos eixos analíticos	33

	Página
6. O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA COMUNIDADE DA CACHOEIRA DA PROVIDÊNCIA	45
6.1. A inserção das comunidades na associação de atingidos	52
6.2. Os primeiros contatos com os moradores	55
6.3. "Do ouvir falar para o acreditar"	58
6.4. A participação das mulheres	60
6.5. O termo "atingido" como englobador humano e espacial	63
6.6. Os moradores da cidade e os atingidos da zona rural atingida .	66
6.7. Interação de conhecimentos entre assessoria e atingidos - preparação para a audiência pública	70
6.8. A primeira audiência pública: o "mito" da gravata	73
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

LISTA DE ABREVIATURAS

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

CFLCL - Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina

COPAM - Conselho de Política Ambiental

PCA - Plano de Controle Ambiental

LP - Licença Prévia

LI - Licença de Instalação

LO - Licença de Operação

CRAB - Comissão dos Atingidos por Barragens da Região Sul

PIB - Produto Interno Bruto

PCH'S - Pequenas Centrais Hidrelétricas

CPT - Comissão Pastoral da Terra

UHE - Usina Hidrelétrica

RESUMO

VIANA, Romilda de Souza Lima, M.S., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2000. **O Projeto UHE Cachoeira da Providência: uma abordagem etnográfica dos efeitos sobre a população local.** Orientador: Franklin Daniel Rothman. Conselheiras: Alice Inês de Oliveira e Silva e Maria de Fátima Lopes.

Esta dissertação analisa os efeitos sobre a população rural, desencadeados pelo projeto da Usina hidrelétrica da Cachoeira da Providência. Esses efeitos dizem respeito às transformações ocorridas na região e na vida dessas pessoas desde o ano de 1992, quando tomaram conhecimento a respeito da possibilidade da construção de uma barragem na sua região. O intuito deste trabalho foi o de analisar a forma de organização espacial e social das comunidades atingidas, e até que ponto, os efeitos já influenciaram o funcionamento do espaço físico e social do trabalho, e das relações sociais.

ABSTRACT

VIANA, Romilda de Souza Lima, M.S., Universidade Federal de Viçosa, June 2000. **The Cachoeira da Providência UHE Project: an ethnographic approach of its effects on the local population.** Adviser: Franklin Daniel Rothman. Committee Members: Alice Inês de Oliveira e Silva and Maria de Fátima Lopes.

This dissertation aims to analyze the effects of the project Cachoeira da Providência Powe Station over the rural population. Those effects include the changes in the region environment and in people's lives that have occurred since 1992, when they took notice of the possibility of been constructed a dam in their region. The aim of this work is, therefore, to analyze the space and social organization of the affected communities and in what extent the effects have influenced the work physical and social space and also the social relationships in there.

1. INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1994 e 1995, cerca de 400 pessoas, moradoras na zona rural dos municípios de Pedra do Anta e Jequeri, situada às margens do rio Casca, foram surpreendidas por uma novidade, que poderia colocar em risco o local de moradia e de trabalho desta população. Neste período, eles foram informados da existência de um projeto de barragem hidrelétrica a ser implementado na região e que atingiria principalmente a zona rural do município de Pedra do Anta.

Neste projeto, quase 100% das propriedades, incluindo casa de moradia e as terras férteis para produção agrícola, seriam inundadas pelo rio, para permitir a formação do lago. Em outras áreas, o rio deixaria de correr no seu leito normal ou haveria uma diminuição potencial da vazão.

A região atingida pela usina hidrelétrica da Cachoeira da Providência localiza-se no município de Pedra do Anta, em Minas Gerais. O projeto pertence a uma empresa privada – a Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina. O objetivo da construção da barragem é a produção de energia para abastecer indústrias e residências.

Neste trabalho, procura-se descrever como a possibilidade de essas transformações ocorrerem incidiu sobre o sistema de representações e de percepção do local dos agricultores ribeirinhos. Buscou-se, então, trabalhar com o conceito de lugar/espço. Através destas categorias, é possível observar o modo de vida da população antes da ameaça da barragem, analisar

o presente e sugerir , baseado em outras experiências, como será a situação futura. Isto não permite, no entanto, afirmar qual momento situacional da vida das pessoas atingidas seria o melhor ou o ideal. Não se trata de analisar se a condição de vida deles atual, sem a barragem, é boa ou ruim e se a construção da barragem poderia gerar melhoria na vida dessas pessoas. Privilegia-se aqui a representação por parte da população. Ela fala sobre sua vida, sobre onde vive e sugere o que poderá vir a ocorrer no futuro. As categorias lugar/ espaço e também tempo, vida pública e privada são utilizadas para discutir o ponto de vista dos atingidos, sempre respeitando o seu saber e seus conhecimentos.

Um dos pontos fundamentais desta pesquisa foi analisar como os habitantes deste local se organizam e, mais especificamente, saber qual o significado do espaço e das relações sociais para eles e de que forma a construção da barragem pode interferir nesta organização social.

Buscou-se sempre utilizar, como apoio, os trabalhos etnográficos de outros pesquisadores de populações atingidas por barragens, que serão citados ao longo deste trabalho. Em seu trabalho feito na barragem de Sobradinho, MARTINS-COSTA (1989) mostra que a população atingida sofreu fortes efeitos em sua organização social, devido às alterações ocorridas no espaço físico. Segundo a autora, o represamento do rio e a transferência da população para a borda do reservatório incidiram sobre categorias centrais do sistema de representação e percepção do mundo dos camponeses, no caso categorias que remetem às concepções de tempo e de espaço, que eram concebidas naquele modo de vida camponês tradicional.

Com a construção da barragem da Cachoeira da Providência, as alterações no ambiente serão consideráveis, o que poderá coincidir com o que foi observado por Martins-Costa em seu trabalho. Esta semelhança dos fatos não ocorreu em proporção dos impactos, já que a área atingida em Sobradinho é muito superior à da barragem da Cachoeira da Providência.

Apesar de situações semelhantes encontradas, este estudo diferencia-se do de Martins-Costa e dos outros na literatura. O estudo de Martins-Costa, bem como os de outros pesquisadores nesta linha, foi feito após o projeto das barragens ter sido aprovado e após o início das obras. Esta pesquisa, porém, ocorreu durante o processo anterior à obtenção do licenciamento ambiental, acompanhando a trajetória vivida pela população desde o primeiro momento

em que a ameaça da construção da barragem passou a fazer parte do seu cotidiano.

Neste trabalho, propôs-se a estudar como a possibilidade de perdas material e simbólica interfere no cotidiano das pessoas; analisar as percepções da vida e das relações sociais no local; o ambiente natural; o passado e às pessoas e histórias que dele fazem parte na região atingida pela usina hidrelétrica da Cachoeira da Providência. Estudos realizados com populações atingidas pela construção de barragens, como os de SIGAUD (1992), ROTHMAN (1993) e VIANNA (1989), permitem descrever transformações e efeitos do processo de implementação da obra. Aliados a esses estudos, acredita-se que os efeitos socioculturais não devam ser banalizados nos Estudos de Impacto Ambiental ou apresentados como "coisas do destino" – portanto irreversíveis para a população atingida.

Diante disso, os objetivos desta pesquisa são: verificar qual o impacto inicial da notícia de construção da barragem na população; analisar as relações sociais no modo de vida e nos planos para o futuro; identificar os principais efeitos percebidos pela comunidade, os já vivenciados e os esperados; e identificar a inserção da comunidade nas discussões sobre a construção da barragem.

A população da região da Usina Hidrelétrica Cachoeira da Providência foi a escolhida como foco central do estudo, principalmente por participar do processo que inaugurou uma série de outros projetos que surgiram posteriormente na região. Trata-se do primeiro grupo de atingidos a solicitar e a participar de uma audiência pública; o primeiro a formar uma associação de atingidos por barragens, e o primeiro a participar de uma reunião com o Conselho de Política Ambiental (COPAM) em Belo Horizonte. A reunião do COPAM representa a última etapa do processo de obtenção da Licença Prévia, que, segundo a Resolução CONAMA de 1990, Art. 4.º, consiste no seguinte: “A Licença Prévia deverá ser requerida no órgão ambiental competente, ocasião em que o empreendedor deverá apresentar os Estudos de Impacto Ambiental com o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) ou o Relatório de Controle Ambiental e demais documentos necessários. O órgão ambiental competente, após a análise da documentação pertinente, decidirá sobre a concessão da LP”.

As questões referentes ao licenciamento ambiental são importantes para se entender o processo de construção das barragens hidrelétricas, o que será descrito em seguida.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: Na seção 1, faz-se breve introdução, onde são apresentadas as opções de trabalho e a opção pelo viés etnográfico, as categorias eleitas para balizar esta opção e que serão trabalhadas de forma conjunta (espaço/lugar, tempo, vida pública e vida privada); citam-se outros trabalhos com a mesma temática e que ajudaram na construção das idéias; e apresentam-se ainda os objetivos deste trabalho e um breve relato sobre a opção por trabalhar com a população atingida da Cachoeira da Providência. Na seção 2, apresentam-se uma descrição e análise do processo de licenciamento para a construção de usinas hidrelétricas no Brasil e do processo ocorrido na Cachoeira da Providência, descrevendo as leis e as etapas necessárias à obtenção do licenciamento. Esta discussão é necessária, porque aspectos do Relatório de Impacto Ambiental são abordados no estudo. Na seção 3, aborda-se a política energética no Brasil, seu funcionamento e o processo autoritário das construções de usinas hidrelétricas na década de 70, que fez surgir os primeiros movimentos de atingidos por barragens. Comentam-se, ainda, as alterações ocorridas desde aquele período até hoje, os objetivos atuais da política energética brasileira e a participação do Estado e das empresas privadas. Descreve-se a Zona da Mata mineira como região de grande interesse para a construção de pequenas centrais hidrelétricas. Apresentam-se os possíveis efeitos sobre as populações atingidas e os objetivos pretendidos com este trabalho. Na seção 4, aborda-se a questão dos impactos/efeitos e suas classificações de acordo com a Comissão Regional de Atingidos por Barragens da Região Sul, bem como a importância da diferenciação conceitual entre os dois termos. Analisa ainda os momentos antes da obtenção da licença, durante a construção e finalmente na fase de operação da usina. Na seção 5, apresentam-se dados da organização social do espaço, ressaltando a divisão do local em pequenas comunidades e suas características, destacando-se o significado das relações sociais de um espaço definido e de um espaço simbólico. Está presente também a opção metodológica, baseada nas categorias eleitas já apresentadas. Na seção 6, relata-se como se deu o processo da construção da organização social e

política da comunidade da Cachoeira da Providência, a inserção da comunidade no processo de discussão e na formação da associação local, a relação entre a comunidade e a equipe de assessoria dos atingidos, a nova relação que se formou entre moradores da cidade e moradores da região rural atingida e, por fim, a preparação da primeira audiência pública e de que maneira esta repercutiu entre os atingidos. Finalmente, na seção 7, apresentam-se as considerações finais.

2. O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

2.1. O licenciamento ambiental no setor elétrico

A preocupação com o meio ambiente e com a população atingida não era prioridade do Estado quando se construíram, no Brasil, as primeiras usinas hidrelétricas, não havendo, inclusive, uma legislação para regulamentar estas construções.

Segundo VIANNA (1989), até o início de 1980, a autorização para a realização de aproveitamentos hidrelétricos passava unicamente pela aprovação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), órgão normatizador vinculado ao Ministério das Minas e Energia, responsável pela autorização a empreendimentos hidrelétricos. A partir de 1970, O DNAEE passou a exigir a elaboração de estudos de impacto ambiental para a construção de usinas hidrelétricas, mas somente com a instituição e regulamentação da Política Nacional de Meio Ambiente é que o licenciamento para a construção de usinas hidrelétricas passa a depender da aprovação de órgãos desvinculados do Setor Elétrico. A exigência do licenciamento ambiental passou a existir a partir da aprovação da Lei Federal 6.938, de 31.08.1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente. O Artigo 9.º, inciso IV, destaca o “licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras”. Através deste instrumento, o poder público pode permitir, induzir ou mesmo rejeitar a implementação de empreendimentos

públicos ou privados que visem a utilização de recursos naturais (hidrelétricas, mineradoras, siderúrgicas etc.). Já segundo a Lei 2.938/81, Artigo 10, “a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente, integrante do SISAMA, sem prejuízos de outras licenças exigíveis”. Os empreendimentos hidrelétricos enquadram-se perfeitamente neste artigo.

São três as licenças emitidas pelos órgãos ambientais e estaduais - o órgão de Minas Gerais é a Fundação Estadual de Meio Ambiente e o Conselho de Política Ambiental:

1. Licença Prévia (LP), para a fase preliminar do planejamento do empreendimento. Contém os requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação do empreendimento (hidrelétricas ou outros);
2. Licença de Instalação (LI), permitindo a instalação do empreendimento;
3. Licença de Operação (LO), autorizando o início da atividade licenciada.

Para obter as licenças exigidas, a Lei n.º 6.938/81, em seu Artigo 9.º, inciso III, listou como pré-requisito a “avaliação de impacto ambiental”. Através da Resolução 001/86 do CONAMA, foi criada a figura do RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. O RIMA é um documento síntese, em linguagem de fácil entendimento, dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Como pré-requisito ao licenciamento ambiental, o RIMA e o EIA devem ser entregues aos órgãos ambientais pelos responsáveis pelos empreendimentos hidrelétricos. Esses documentos são públicos e devem estar à disposição, nestes órgãos, para que possa pesquisado por qualquer pessoa.

Em 16 de setembro de 1987, a Resolução CONAMA n.º 006 estabelece a compatibilização entre as etapas dos projetos de construção de hidrelétricas e os licenciamentos ambientais necessários, que se constitui de:

1. Inventário/inventário ambiental (Licença Prévia);
2. Viabilidade do empreendimento/viabilidade ambiental (licença prévia);
3. Projeto básico/projeto básico ambiental (licença de instalação);
4. Projeto executivo/implantação de projetos ambientais (licença de operação);
5. Operação/monitoramento ambiental

2.2. O processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica Cachoeira da Providência

O projeto da Usina Hidrelétrica – UHE da Cachoeira da Providência encontra-se em análise por técnicos da Fundação Estadual do Ambiente. Neste órgão, são apreciados os dados relativos ao meio biótico e meio antrópico, que fazem parte dos estudos realizados por técnicos contratados pela Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina, empresa interessada na construção da barragem. De origem privada, atualmente é a provedora de energia elétrica para o município de Pedra do Anta.

No decorrer do processo de licenciamento, sobretudo antes da obtenção da Licença Prévia, é que se iniciam as principais articulações das populações através de associações regionais de atingidos por barragens: contatos e visitas a pessoas e locais que já vivenciaram ou estão vivenciando situações semelhantes; solicitação de audiências públicas; mobilização e participação em eventos organizados pela igreja e pelo movimento nacional de atingidos, como é o caso da Romaria das Águas, que ocorre todo ano em março em diversas regiões de Minas Gerais. No mesmo mês ocorre também a comemoração do Dia Mundial de Lutas contra as Barragens. Toda essa movimentação por parte dos atingidos altera o andamento do processo, inclusive no que diz respeito a prazo para início das obras.

Os estudos de viabilidade do projeto da Usina Hidrelétrica Cachoeira da Providência, em Pedra do Anta, iniciaram-se em 1992¹. Após concluídos, foram entregues à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), órgão estadual responsável por analisar esses estudos e conferir, ou não, um parecer favorável à concessão das Licenças. No caso da Cachoeira da Providência, após a realização da primeira audiência pública, em 1996, a FEAM decidiu pelo indeferimento do projeto, alegando que os estudos eram deficientes e as informações eram vagas e errôneas em relação ao meio biótico e ao meio antrópico. Algumas dessas deficiências diziam respeito ao volume de produção agrícola e de hectares de terras pertencentes aos proprietários, que seriam utilizadas para cálculo das indenizações; à quantidade e as espécies de

¹ Segundo informações contidas nos estudos de viabilidade da obra, realizados pela Esse Engenharia.

árvores e pássaros da região; à alteração na vazão do rio; e aos impactos sociais sobre a população. Cabe à FEAM, após decidir pelo deferimento ou indeferimento, encaminhar sua decisão ao Conselho de Política Ambiental (COPAM), órgão que decide, em última instância, sobre o licenciamento. Este Conselho pode não acatar a decisão da FEAM, e isto ocorreu no processo decisório da barragem da Cachoeira da Providência. O Conselho, após análise do parecer da FEAM, decidiu que a empresa interessada na construção da usina teria mais uma chance de reparar os estudos de viabilidade e apresentou prazo de seis meses para que fossem entregues as primeiras informações complementares, baseadas nas críticas apontadas por técnicos da FEAM.

Para realizar os estudos da obra, a Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina (CFLCL) contratou uma empresa de consultoria - a ESSE Engenharia. Técnicos dessa consultora revisaram os estudos, mas, desde que esta revisão se iniciou, a FEAM já solicitou, por quatro vezes, novas informações complementares. Após análise da quarta e última versão das informações complementares solicitadas, em fevereiro de 1999, a FEAM marcou nova audiência pública. Esta segunda audiência, realizada no dia 10 de fevereiro de 2000, no município de Pedra do Anta, atendia à solicitação da associação dos moradores da região a ser atingida, que já aguardava ansiosa a sua realização² e os pareceres finais da FEAM e da COPAM. Havia esperança, por parte dos atingidos, de que a decisão tomada, no final da análise dos novos dados e pontos conflituosos dos estudos, pelos dois órgãos avaliadores, lhes fosse favorável.

² Apesar de a segunda audiência pública de Pedra do Anta ter sido muito semelhante à primeira, alguns pontos foram inéditos, como a comunidade organizada sem a participação dos assessores dos atingidos, contando somente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), padres e associação dos moradores. Nesta audiência, a participação de atingidos por outras barragens da região foi mais expressiva.

3. A ORGANIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES ATINGIDAS

Atualmente, a energia hidráulica é a mais utilizada no Brasil para a geração de energia elétrica, correspondendo a cerca de 92% do total (CENTRAIS ELÉTRICAS DO BRASIL - ELETROBRÁS, 1995). Segundo HÉBETTE (1991), o Brasil teve sua primeira hidrelétrica em 1889, em Juiz de Fora-MG. Mas a opção pela construção de hidrelétricas ganhou força realmente a partir de 1950, quando o Estado iniciou o controle das atividades de planejamento, produção e distribuição de eletricidade no País. Na década de 70, período da crise do petróleo, projetos hidrelétricos foram alvos de manobras políticas de desenvolvimento dos governos militares. A crise, aliada à política desenvolvimentista do governo militar, era a justificativa presente nos discursos oficiais, que anunciavam novos projetos hidrelétricos. Neste período, foram elaborados os projetos de Itaipu, Tucuruí e, mais tarde, Sobradinho, Itaparica e Balbina.

Ao serem efetivadas, estas usinas inundaram grandes extensões de terra para a formação de imensos lagos (COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS DA REGIÃO SUL - CRAB, 1993). A formação desses lagos cobriu grande quantidade de terras agricultáveis, pertencentes a médios e pequenos trabalhadores rurais ribeirinhos, provocando o deslocamento de grande número de pessoas e imensos prejuízos; esses prejuízos são, entre outros, indenizações precárias e perdas na produção agrícola e na produtividade por

terem sido as terras mais férteis inundadas pelos reservatórios. Isto ocasionou o abandono do campo por grande número de pessoas e conseqüentemente o empobrecimento da população atingida³.

As conseqüências da construção das hidrelétricas iniciadas na década de 70 causaram grande insatisfação na população afetada. Após muitos conflitos e muitos prejuízos causados às populações atingidas, elas se organizaram normativamente, surgindo, assim, os primeiros movimentos de atingidos em Itaipu - Paraná; na bacia do rio Uruguai - Rio Grande do Sul e Santa Catarina; em Itaparica - Pernambuco e Bahia. Conforme esclarece VIANNA (1990),

os sérios impactos sociais e ambientais é que levaram à resistência e o movimento dos atingidos começou a ser articulado em áreas inundadas por grandes barragens. Camponeses atingidos pelas águas levantaram bandeira de justa indenização e reassentamento (VIANNA, 1990:5).

Uma vez organizada,

essa mesma população atingida segue levando suas experiências para contribuir na organização de outros grupos, antes de a obra ser construída, de modo que estes passam a ser sujeitos políticos, capazes de decidir sobre o destino de suas regiões e de suas vidas (Movimento Nacional de Atingidos por Barragens, 1998).

Em 1979, surge o movimento mais organizado de atingidos por barragens no Brasil. Trata-se da Comissão Regional de Atingidos da Região Sul (CRAB). A partir da organização da população afetada pelas usinas hidrelétricas de Itá e Machadinho, na bacia do rio Uruguai, essa comissão começou a divulgar, para outros países, os acontecimentos decorrentes das construções de barragens numa tentativa de obter apoio logístico e financeiro para o movimento. A CRAB tinha como objetivo

reunir, esclarecer e organizar os atingidos direta e indiretamente pelas barragens construídas ou projetadas na Bacia do rio Uruguai, na defesa de seus direitos frente às empresas, autoridades e outras entidades que de alguma forma estejam envolvidas na questão (CRAB, 1993:1).

A partir da organização e do funcionamento da CRAB e do apoio de Organizações Não-Governamentais estrangeiras, de professores universitários e de pesquisadores brasileiros envolvidos na questão, surgia, um pouco mais tarde, o Movimento Nacional de Atingidos por Barragens (MAB), que

³ Vários outros estudos abordam a questão desses impactos causados por empreendimentos hidrelétricos, como os de SIGAUD (1992), ROTHMAN (1993), VIANNA (1989), MARTINS (1991), VAINER e ARAÚJO (1992) e CERNEA (1991).

atualmente coordena e apóia todos os movimentos regionais de atingidos por barragens no Brasil.

Se, na década de 70, o argumento em defesa de construções de hidrelétricas no País era baseado na crise do petróleo e na política desenvolvimentista, atualmente o discurso oficial sobre a construção de novas usinas baseia-se nas previsões da ELETROBRÁS da carência de oferta de energia num futuro próximo. Essas previsões têm sido amplamente divulgadas pela imprensa nacional⁴, e falam do risco de corte de energia devido ao aumento do consumo, tanto doméstico quanto industrial, estimado para os próximos anos. Segundo BERMANN (1990), a ELETROBRÁS elabora as previsões de necessidade de geração de energia, analisando a relação entre o crescimento do Produto Interno Bruto e o crescimento do consumo de energia em diferentes setores: residencial, industrial, comercial e rural. Com base nisso, a CRAB relata que a ELETROBRÁS subestima os custos previstos para as suas obras, os custos sociais e ecológicos e exagera no cálculo das necessidades energéticas, projetando um crescimento acima do que realmente é verificado em relação ao crescimento econômico (PIB). Segundo a CRAB (1993), subestimar os custos sociais e ecológicos seria uma forma utilizada pelas empresas de energia elétrica para justificar a construção de mais barragens, permitindo, ao mesmo tempo, minimizar, perante a opinião pública, os efeitos dessas obras sobre as populações atingidas e sobre o meio ambiente local. A CRAB relata ainda que a ELETROBRÁS possui, atualmente, um departamento ambiental que tem buscado dialogar com diferentes instituições do setor energético e ambiental sobre formas alternativas de se produzir energia. Mas, apesar disso, têm sido pouco ampliadas, pela ELETROBRÁS e empresas privadas do setor elétrico, as discussões sobre o investimento em estudos das fontes de energia alternativas para que não seja necessário alterar o curso dos rios e retirar as populações de onde vivem.

Outra diferença entre a situação atual e aquela da década de 70 é a origem do capital financeiro destinado a essas obras. Naquele tempo, as usinas hidrelétricas eram construídas com investimentos do próprio Estado e, hoje, o mesmo alega não possuir recursos para arcar com os novos

⁴ Ver, por exemplo, edição do Jornal Nacional de 24.04.2000.

empreendimentos hidrelétricos. Após a aprovação da nova Lei de Concessão de Serviços Públicos em 1995 (n.º 8.987/95), tem havido uma participação cada vez maior da iniciativa privada no setor energético.

O objetivo do Estado atualmente não é mais fazer imensos projetos como em tempos passados e, sim, investir nas usinas de pequeno e médio portes. A ELETROBRÁS destaca algumas razões para a atenção atual dada à construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas⁵: dificuldade de obtenção de recursos financeiros para novos empreendimentos de grande porte; incerteza quanto à evolução do mercado de energia elétrica; e aumento de custos devidos aos longos períodos de construção. As PCHs, em contrapartida, demandam menor prazo de implantação e menor volume de recursos financeiros, características que facilitam a sua competitividade. Apesar de serem menores em extensão e em produção de energia, ainda assim desestruturam todo o ambiente ao seu redor.

Para RIBEIRO (1993), os efeitos negativos agregados de grande número de pequenas e médias barragens, principalmente na mesma bacia hidrográfica, podem causar grandes impactos sociais e ambientais

As regiões atingidas por barragens são, em sua maioria, localizadas em zonas rurais ribeirinhas, onde há a predominância de agricultura familiar. São pequenas propriedades que terão inundados seus locais mais férteis para a produção agrícola. Não se trata apenas de um pedaço de terra que está sendo inundado, mas também estão em questão a história do local e história de vida das pessoas que ali habitam.

MARTINS (1991) explica que a implantação de um projeto hidrelétrico não significa melhoria de vida das populações atingidas, uma vez que se trata de projetos que não se destinam a proporcionar, necessariamente, desenvolvimento das populações locais. Ao contrário, segundo o autor, esses empreendimentos têm causado a remoção dessas populações, tirando-lhes o que têm de vital para sua sobrevivência, não só econômica (terras, meios e

⁵ Define-se como grandes barragens as que possuem paredes superiores a 15 metros de altura, as que estão entre 10 e 15 metros com uma queda no vertedor superior a 500 metros (MARENGO, 1999), e aquelas que possuem capacidade geradora de 500 MW ou mais (POOLE, 1999). No manual de PCHs editado em 1982, uma central hidrelétrica era considerada pequena quando sua potência instalada total estava compreendida entre 1,0 MW e 10 MW. Um novo manual de PCHs encontra-se em processo de revisão pela ELETROBRÁS, visando uma atualização geral que incorporará, dentre outros termos, a classificação de PCHs para centrais com potência instalada igual ou menor que 30 MW (PEREIRA e DAHORA, 1998). A UHE Cachoeira da Providência possui potência de instalação de 12 MW.

condições materiais), mas também social, cultural e política. É freqüente, nos discursos que justificam a construção de novas usinas hidrelétricas, apresentar como uma das vantagens da implementação da obra a promoção do desenvolvimento local e regional através da oferta de emprego, do uso do lago para implantação do ecoturismo, etc. Mas poucos têm sido os resultados positivos percebidos nos locais onde foram construídas usinas hidrelétricas.

O discurso sobre a promoção de desenvolvimento regional também foi e tem sido utilizado pela Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina, interessada em construir a Usina Hidrelétrica Cachoeira da Providência. Entretanto, os Estudos de Impacto Ambiental são omissos e vagos em apresentar propostas para o desenvolvimento do local a ser atingido e da região de entorno e sobre a relocação da população e o valor das indenizações aos atingidos e de que forma seriam pagas. Cabe ressaltar que esse não é um problema que se localiza apenas no futuro, mais ou menos próximo ao término da obra. Ao contrário, isto é vivenciado pela população desde o início do processo, uma vez que, sem a transparência necessária nos estudos, a população não sabe em que e em quem acreditar, o que deve esperar que aconteça com suas propriedades e locais de trabalho e, ainda, qual será o destino de suas famílias.

Com relação ao desenvolvimento regional, VAINER e ARAUJO (1992) fazem uma crítica à prática das empresas de usinas hidrelétricas, que se apropriam de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, mas sob uma visão estritamente econômica. Esses autores relatam alguns dos efeitos observados nestas regiões: o deslocamento compulsório (se a população precisa sair para que se instalem o canteiro de obras e o reservatório, isso produz grande número de desempregados, uma vez que esses atingidos não são imediatamente reassentados); a oferta de emprego temporário, que é sempre menor que a aglomeração de trabalhadores que procura uma vaga, pois trabalhadores de toda a região próxima ao local onde é executada a obra procuram trabalho; muitos trabalhadores, inclusive do meio rural, abandonam seus postos de trabalho por uma colocação que lhes garanta, ainda que temporariamente, uma remuneração de valor superior ao que recebiam anteriormente. No final da obra, quando os trabalhadores são dispensados, *“a região se vê transformada em um bolsão de desemprego”*. O

mesmo processo tem sido verificado com as comunidades citadas neste trabalho, que, desde o início do processo, têm tido sua realidade marcada por momentos de dúvidas, incertezas, temores e excitação.

A Zona da Mata de Minas Gerais tem despontado como região de grande capacidade para implantação de usinas hidrelétricas de pequeno e médio portes. O interesse parte de empresas privadas que contam com amplo apoio da ELETROBRÁS para que se instalem, nesta região, novos barramentos. Segundo informações da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), em julho de 1998, 17 projetos de barragens estavam em fase de planejamento, licenciamento ambiental ou em implantação na região da Zona da Mata mineira. Somente na região próxima à Pedra do Anta existem quatro projetos da mesma empresa, a CFLCL. São projetos de pequenas centrais hidrelétricas, mas que terão seus efeitos acumulados ao longo da bacia, uma vez que se pretende instalá-las muito próximas umas das outras. Cada um desses projetos tem sido avaliado separadamente pela FEAM, ao contrário do que deseja a população dessas regiões. Nas audiências públicas e nos pareceres que enviam ao órgão licenciador, essa população reivindica que estes projetos sejam analisados de forma conjunta e não como partes de um grande projeto, desmembrado para facilitar a obtenção de licenciamento. São eles o projeto hidrelétrico da Cachoeira Grande, em Canaã; o projeto hidrelétrico da Cachoeira da Providência, em Pedra do Anta; o projeto hidrelétrico da Cachoeira Escura, em Jequeri; e o projeto hidrelétrico Jurumirim, em Jurumirim.

4. IMPACTOS/EFEITOS DA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS NO TEMPO E NO ESPAÇO

A legislação brasileira considera como impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V - a qualidade dos recursos ambientais (Resolução CONAMA 001, de 23/01/1986).

MURGEL (1989) explica que a palavra impacto em português significa choque, colisão, sendo impacto ambiental uma espécie de “trauma ecológico” que se segue ao choque causado por uma ação ou obra humana que, de alguma forma, entra em desarmonia com as características e o equilíbrio do meio ambiente.

O termo impacto é amplamente utilizado nas legislações ambientais e nos estudos sobre esta questão. No entanto, a CRAB (1993) vem discutindo, nos vários encontros que realiza, o uso dessa terminologia. Segundo esta comissão, “impacto” transmite a idéia de coisa rápida, dá a noção de tempo curto, quase instantâneo, passando a idéia de que as conseqüências das hidrelétricas são de curta duração:

O termo "impacto" tem servido essencialmente como máscara para esconder que, de fato, essas obras são frutos das decisões políticas (p. 6).

A comissão sugere o termo “efeito” por considerar que os impactos que ocorrem no período anterior ao início da obra acontecem até o fim da vida útil da usina e algumas transformações causadas pelas hidrelétricas no ambiente e na sociedade são definitivas.

Na análise objetiva da construção de barragens hidrelétricas, estudos têm apontado deficiências por parte dos elaboradores de projetos hidrelétricos, tanto das empresas estatais quanto das privadas, nos diagnósticos dos impactos e dos efeitos sobre o meio ambiente e sobre a população atingida. Antropólogos, sociólogos, historiadores, biólogos e engenheiros apontam e analisam profundamente esses efeitos (SIGAUD, 1992; ROTHMAN, 1993; VIANNA, 1989; MARTINS, 1991; VAINER e ARAÚJO, 1992; CERNEA, 1991; MARTINS-COSTA, 1989; DAOU, 1988; BASTOS, 1998).

Torna-se fundamental, neste momento, analisar o conceito de impacto/efeito ambiental, de que forma eles ocorrem e quais podem ser seus resultados sobre o ambiente e a população. Partindo do pressuposto de que os impactos/efeitos não ocorrem de forma independente, não é possível considerar correta a análise de um impacto/efeito de caráter apenas social, ou apenas ecológico, pois estes ocorrem de forma interativa, isto é, a ocorrência de um sofre a influência do outro ou o influencia. O espaço ambiental refere-se ao ambiente global, que pode ser subdividido e agrupado, somente para questões operacionais, em subdivisões teóricas de acordo com o tipo de abordagem que se deseja fazer. Segundo MACEDO (1995), essa divisão do espaço ambiental em subespaços afins, nas pesquisas e nos estudos ambientais, serve para organizar os dados e a estruturação da grande quantidade de conhecimentos específicos envolvidos, facilitando assim sua compreensão. Mas isso não torna um desses subespaços ambientais independentes analiticamente:

A par da diversidade de possíveis composições para um mesmo espaço ambiental, uma subdivisão ampla e reconhecidamente utilizada é a seguinte: meio físico, meio biótico e meio antrópico. Não significa, no entanto, que o ambiente seja estruturado via conjuntos estanques de segmentos. Ao contrário, as relações entre os meios, mesmo assim organizados, são sistemáticas, sendo indesejável qualquer tratamento metodológico que não contemple esse fato (p. 18).

A exposição do autor citado está relacionada à concepção holística de meio ambiente, ou seja, o meio ambiente é formado pelos ambientes biológico, econômico, social e físico-químico interagindo entre si:

A concepção holística de ambiente reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza(e em última análise, somos dependentes desses processos) (CAPRA, 1997:13).

A CRAB (1993), no que se refere ao uso do termo "efeito" em vez de "impacto", classifica-os de acordo com o momento em que acontecem: "antes", "durante" e "após". **Antes** é a classificação dada ao momento a partir do qual a população da região onde será construída a usina toma conhecimento desse objetivo. Nesse momento,

começa a haver, face à incerteza do futuro, uma tensão que desorganiza a vida social e, particularmente, a atividade produtiva. A especulação com a terra e os imóveis começa a acontecer (p. 7).

O momento **durante** diz respeito à fase em que se tem como efeitos mais evidentes aqueles decorrentes da desapropriação de terras e do deslocamento de populações. Outros problemas podem surgir ou se agravarem: a desorganização do mercado regional de terras e de imóveis; a concentração da base de sindicatos rurais e urbanos; e a desorganização do próprio movimento de atingidos.

Durante o período da construção se desenvolve o grosso do processo de compra de terras da área do reservatório e o deslocamento dos atingidos ocasionando o rompimento de situações econômicas, sociais, políticas e culturais. Esse processo ocasiona a queda da produção que, por sua vez, pode provocar aumento de preços e desabastecimento (p. 7).

No momento **após**, que coincide com a fase de operação da usina, ocorre a grande parte dos estudos realizados por pesquisadores em barragens hidrelétricas, principalmente biólogos e ecologistas, pois é a fase em que os problemas ambientais ganham maior destaque na opinião pública. Este foi o caso de Balbina e Tucuruí, cujo desmatamento foi muito precário, gerando um processo de deterioração das águas do lago. Esse fator propiciou o surgimento de doenças, como malária, e contribuiu para diminuir a vida útil das turbinas, que ficaram submersas e foram corroídas pela água.

Segundo BASTOS (1998), o efeito de um barramento, quanto à redução das vazões a jusante, pode ter comprometimento no abastecimento, alterando todas as características físicas ou químicas e hidrobiológicas da

água, que irão potencializar algum uso d'água e, em contrapartida, pode efetivamente comprometer outros usos da água, principalmente porque sempre existem pessoas fazendo uso desses recursos hídricos antes da construção, da modificação do ambiente, e depois.

A população atingida da UHE Cachoeira da Providência encontra-se na fase **antes**. Dependendo do parecer final da FEAM e do COPAM, os moradores da região atingida na zona rural de Pedra do Anta poderão não experimentar as fases seguintes, classificadas pela CRAB em **durante e após**. Obviamente, isso ocorrerá se o parecer final for contrário à concessão da licença prévia. Mas até o presente momento, a situação vivenciada pela população tem sido semelhante àquela exemplificada na fase “antes”.

Já pode-se observar, na região atingida, uma certa desorganização social e econômica, causada pela ameaça da construção da barragem. Antes disso, a produção agrícola era organizada de forma a gerar lucro, ainda que pouco. Os produtores investiram em pequenas melhorias no plantio; os filhos eram estimulados a permanecer no trabalho e tentar aumentar sua área de plantio ou de pasto para gado. Após esses longos anos de espera pela definição da construção da barragem, os agricultores diminuíram seus investimentos na área de lavoura, na adubação do solo e na produção de leite. O temor é sempre o do prejuízo financeiro, no caso de a indenização não ser justa. A desorganização social pôde ser percebida de várias formas, como na saída dos filhos mais velhos da zona rural, aqueles com famílias recém-formadas. Alguns, em vez de investir no campo, utilizaram suas reservas econômicas para se mudar para centros maiores, em busca de uma colocação. Esse comportamento também foi observado nas mulheres. Muitas foram para as cidades, onde já possuíam parentes, em busca da oportunidade de trabalho, geralmente como empregada doméstica e babá. Os mais velhos, porém, resistem em sair do local e esperam a “*vontade de Deus*”.

Depois desse negócio da barragem, ninguém quer fazer nada mais. Eles andam a toa, mas não trabalha, a gente não investe. Só usa o que já tem. O que a gente pensa é que se fizer as coisas, vai gastar e eles não vão pagar a gente. Essa barragem desanima, devia decidir logo se sai ou não, que é pra gente poder decidir a vida. Porque desde que começou a falar nisso, o povo desanimou (Dona Lurdes, moradora da comunidade do Sumidouro).

A vida do pessoal daqui mudou muito depois que começou a falar da barragem... mudou sobre as coisas que as pessoas querem fazer e não faz com medo de perder, por exemplo, plantar um braquiária, plantar uma lavoura de café, igual Seu Manoel deve ter falado pra você que ele e os filhos ficaram

muito tempo parado, eles deixaram de comprar um terreno dividindo com eles lá que foi até de minha tia, lá de Viçosa, deixaram de plantar uns 10 ou 15 mil pés de café prá cima na cabeceira do terreno deles aí. Agora, que eles resolveram plantar uma moitinha ali perto do grupo escolar, mas se tudo estivesse normal, eles já eram pra ter plantado, e com um café formado quase dando café. Mas não plantaram porque, ia empatar dinheiro em muito adubo que gasta, , negócio tudo caro pra poder fazer o plantio do café, a gente tem que gastar com calcário pra jogar na terra e depois a empresa não paga nem o valor do que vale um hectare de terra, um alqueire de terra...e o nosso trabalho, o que nós gastamos, pra onde que vai... (Marcos, morador da comunidade da Braúna).

Como o plantio de café envolve alto custo no preparo do solo, vários produtores informaram que só voltariam a “mexer com café” depois que a decisão sobre a construção da barragem fosse definitiva. O desânimo por parte dos produtores não se refere apenas ao plantio do café, mas também ao de outras culturas tradicionais, como o milho, o feijão e o arroz, que não estão recebendo investimentos como era comum em anos anteriores. Também foram adiados os investimentos para a manutenção das moradias e benfeitorias, conforme depoimentos:

Esse negócio de barragem deveria decidir logo ou que sim ou que não, ao menos a gente tirava isso da idéia, A gente está precisando consertar o telhado, arrumar o piso, mas a gente vai mexer... fica esperando porque às vezes a gente arranja a casa, a represa sai e a gente fica no prejuízo ou então eles pagam aquela mixaria. Porque eles já vieram aqui, olharam a casa e tudo. Agora se a gente mexer na reforma, às vezes eles não vão pagar a reforma, né? (Dona Glória, moradora da Cachoeira da Providência).
Não temos feito mais nada, paramos com tudo. Queria pedir dinheiro ao banco para construir um curral de boi novo, reformar a casa, mas desistimos. Porque é difícil fazer, e se a gente não receber por isso depois? (Seu Jorge, morador do Sumidouro).

A incerteza com relação ao futuro também é um efeito já presente na população atingida de Pedra do Anta: a perda da terra e do local em que vivem ou a permanência nessa mesma terra, dependendo de uma decisão a ser tomada, por estranhos.

Não fazemos planos para o futuro, porque essa barragem aí acabou com tudo, acabou com o plano de todo mundo. Você pode oferecer essa minha terra aqui hoje por dez mil reais para qualquer pessoa que ninguém dá, por causa da barragem. Um homem há um tempo atrás ofereceu cinco alqueires que ele tem ali mais pra frente em troca desse nosso que é de 2,5 alqueire, porque ele disse que gosta muito desse pedaço de terra aqui...mas depois com esse negócio da barragem, ele desistiu...mas eu também não ia querer trocar não (Seu Jorge, morador do Sumidouro).
Essa coisa de barragem é muito triste pra nós. Tem hora que eu choro sozinha... (chorando)... de pensar. Se eu tiver que sair desse lugar, vou sentir falta de tudo”. Ir prá onde? Pra cidade grande? Eu não sou aposentada, tenho uma filha doente, um filho viúvo, meu marido também está doente. Fazer o que na cidade, morar lá nos cantos? Porque no centro não tem jeito de comprar uma coisa boa. Morar em favela? O que que eu vou fazer na favela com essas netaiada aí? Aqui na roça, as vezes quando a gente for comprar uma outra

terra com o dinheiro que eles pagarem agente, se eles pagarem, o mais certo é que quem tiver terra pra vender, vai ficar sabendo da barragem e que tem muita gente procurando terra pra comprar, vai colocar o preço lá no alto e o que a gente ganhar não vai dar para comprar (Dona Madalena, moradora do Moinho Velho).

Nos depoimentos anteriores, também fica evidente a preocupação entre os atingidos com relação ao valor da terra. Teme-se que a maior procura por terra e a indenização façam subir o preço do hectare, embora a proposta da empresa, a princípio, fosse pagar as indenizações a preço de mercado. O Movimento de Atingidos relata que, muitas vezes, as negociações das indenizações, entre empresa e atingidos, ocorrem quando o lago já está se enchendo de água. Se isso acontece, resta pouca possibilidade, espaço e tempo para o proprietário impor condições nessa negociação e, por isso, termina por ceder e aceitar o valor estipulado pela empresa responsável pela obra.

A desorganização social observada na região atingida em Pedra do Anta é semelhante àquela observada em outros locais que já passaram por essa fase. Mas, apesar disso, é possível registrar como essa população se organiza atualmente e de que forma a possibilidade de perder essa terra interfere na vida social e na forma de trabalhar das pessoas. É dessa descrição e análise que trata a próxima seção.

5. ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

5.1. O universo da pesquisa e dos pesquisados

Este trabalho foi dividido em várias etapas: desde as anotações no “caderno de campo”, sobre os primeiros momentos vividos pela população, iniciados em 1996, quando soube da barragem, passando pelas reuniões com a assessoria, participações em audiências públicas e, finalmente, as entrevistas⁶. Para as entrevistas semi-estruturadas, foram selecionadas 34 famílias residentes nas comunidades da Cachoeira da Providência, Braúna, Morro Vermelho, Pinheiros e Sumidouro, Moinho Velho e Entre Rios. Com relação aos entrevistados, não houve um critério de escolha predeterminado porque grande parte dos atingidos estava trabalhando nas roças de milho, mais ou menos distantes da casa. Portanto, à medida que se ia passando pelas comunidades, a entrevista era realizada com os moradores que eram

⁶ Outros procedimentos metodológicos foram utilizados neste trabalho, que funcionaram como fontes de informação. Foram utilizados cadernos informativos e documentais do MAB; documentos de encontros de atingidos e da Comissão Mundial de Barragens (CMB); documentos da ELETROBRÁS e seus planos plurianuais; fitas de vídeo e magnéticas relativas a audiências públicas, pertencentes a FEAM-MG e ao grupo de assessoria. O roteiro da entrevista procurou evidenciar o conhecimento que o atingido tem do seu território e qual seu vínculo com o local, incluindo o passado; a percepção dele com relação à sua realidade de trabalho e de vida; a relação com a família e com os vizinhos mais próximos e distantes; a relação com o rio e com o meio ambiente ao redor; procurou captar ainda a noção de barragem tida pelos atingidos, a percepção dos efeitos já ocorridos e os esperados; e lançou também o desafio de levar os atingidos a pensar seu futuro fora do lugar, depois de implantada a barragem.

encontrados em suas residências. Procurou-se, com êxito, atingir uma amostra que incluísse os diferentes segmentos da população atingida: meeiros, proprietários, homens e mulheres. O que era pretendido no projeto de pesquisa e que não logrou êxito foi a diferenciação por faixa etária. Isso porque em poucas propriedades havia jovens solteiros ou casados. Grande parte deles estava fora da zona rural, trabalhando em centros maiores, onde se encontram outros parentes e amigos.

As entrevistas tiveram duração média de uma hora e meia. Como era período de colheita de milho, nunca estavam todas as pessoas na propriedade ou nas casas. Algumas entrevistas foram feitas no meio do milharal e, nestes locais, o diálogo não durou mais do que uma hora; por mais que a pesquisadora pedisse que o produtor continuasse trabalhando durante a conversa, este não se concentrava no serviço, parando quase a todo momento para dar atenção à conversa.

A boa acolhida durante a pesquisa é um fato interessante a ser citado, pois ela ocorreu em todas os locais, mesmo na estrada, quando se parava para pedir alguma informação. É senso comum dizer que as pessoas do meio rural são acolhedoras e receptivas, mas, no caso da pesquisadora, há ainda dois fatores que podem justificar esse tratamento. O primeiro é o fato de ser conhecida da maioria das pessoas do local. Então a ida a uma casa era vista por eles, a princípio, como uma visita de alguém conhecido. Talvez por esse motivo, a pesquisadora, meses depois, em outra ida à região, foi cobrada por duas moradoras:

(...) Você esteve aqui, foi na casa de um monte de pessoas, mas não foi na nossa (...) (Jane, moradora da Comunidade do Sumidouro, e Maria, moradora da comunidade do Morro Vermelho).

Foi preciso explicar detalhadamente a situação. O segundo fator é que, mesmo em visita às casas em que não era conhecida, tão logo se apresentava, podia-se perceber que a recepção se tornava mais amigável do que a usual, porque todos já tinham ouvido falar a seu respeito no período em que trabalhou na região. Em ambos os casos, era necessário passar alguns minutos respondendo a perguntas feitas pelos entrevistados para somente depois direcionar a entrevista.

Um dito popular que pôde ser comprovado é o de que notícias na zona rural se espalham com facilidade, independente da distância geográfica. Isso ocorreu no primeiro dia. A chegada à primeira comunidade foi às 8 horas da manhã e, às 18 horas do mesmo dia, ao encontrar com um morador de uma comunidade distante daquela em que estava, este foi logo dizendo:

(...) então você está aqui mesmo! Hoje de manhã cedinho eu estava capinando um quintal e a menina de Jane falou que te viu, mas eu não acreditei... pensei comigo: essa menina deve estar enganada, com essa cara de chuva o que é que ela ia estar fazendo por aqui? (Sr. Joaquim, proprietário e morador da comunidade Morro Vermelho).

Ser conhecida das pessoas onde se está realizando um trabalho de pesquisa, além de ser prazeroso para o pesquisador, certamente facilita o trabalho de campo, pois as pessoas mostram-se mais receptivas, inclusive ao expressar suas opiniões. Em alguns casos, porém, o desejo de se mostrar feliz com a "visita" do pesquisador conhecido é tal que pode influenciar na resposta; o pesquisador precisa estar atento para isso, conforme adverte VELHO (1994). Ao mesmo tempo, o pesquisador também precisa estar atento a si mesmo, no momento de interpretar as respostas dadas às suas questões, principalmente quando o entrevistado já é, há algum tempo, seu conhecido. Corre-se o risco de fazer uma interpretação inadequada de uma ou outra fala na entrevista. Para não incorrer nesta situação, a pesquisadora tomou o cuidado necessário para se desvincular dos problemas cotidianos da população atingida, durante o período de junho de 1997 a fevereiro de 1999; esta última data corresponde ao início da aplicação das entrevistas. Seguindo a recomendação de Gilberto Velho, este período exigiu da pesquisadora o desafio de promover a transformação do "familiar" em "exótico"⁷, no intuito de um estranhamento e distanciamento da vida local, para evitar uma possível interpretação prejudicial dos depoimentos. Gilberto Velho analisa essa questão partindo da proposição de que

o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido, e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido (VELHO, 1994:127).

⁷ Sobre isso Da Matta e também Velho situaram, com propriedade, a trajetória antropológica de transformar o "exótico em familiar e familiar em exótico". Ver DA MATTA (1979) e VELHO (1994).

Esse autor ainda diz que é possível estranhar o familiar:

quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações (VELHO, 1994:128).

Uma das formas de se alcançar esse "estranhamento" deu-se através da busca de experiências de pesquisa com atingidos por barragens, em outros locais, e que já foram tema de etnografias de mestrado⁸ e de doutorado. Isso permitiu que houvesse uma reflexão com o objetivo de identificar conceitos e abordagens sobre a questão em estudo. Também, com essa finalidade, foram utilizados os dados referentes a outra pesquisa, que não pertencem ao presente estudo.⁹ Trata-se de um trabalho sobre os atingidos pela Usina Hidrelétrica (UHE) Pilar, que abrange os municípios de Guaraciaba e Ponte Nova. No referido trabalho, a pesquisadora trabalhou na aplicação de entrevistas semi-estruturadas.

Observando a situação vivenciada pela população atingida da zona rural de Pedra do Anta, buscou-se delimitar alguns eixos que permitissem envolver, em categorias, os efeitos da UHE Cachoeira da Providência sobre a referida população, os quais passam a ser descritos em seguida.

5.2. A região de estudo dividida em comunidades

A região de estudo compreende a zona rural do município de Pedra do Anta, localizada na Zona da Mata de Minas Gerais. O município de Pedra do Anta está situado a 248 km de Belo Horizonte, a 29 km da cidade de Viçosa e 19 km do município de Teixeiras. A zona rural onde estão localizadas as comunidades estudadas está a uma distância aproximada de 11 km do município de Pedra do Anta. A região está na Bacia do Rio Doce, sendo o rio Casca o principal e secundários o rio Santana e o ribeirão do Sertão¹⁰. A

⁸ Como por exemplo os estudos de FAILLACE (1990), SIGAUD (1988), SCHERER-WARREN et al. (1988), SIQUEIRA (1994), RIBEIRO (1993) e ROTHMAN (1993).

²² Esses dados serão utilizados quando forem necessários para análise. Dados da pesquisa do Projeto de Pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), sob o título: "Estado, Setor Privado e Populações Locais: Interação nos Projetos de Construção de Barragens na Bacia do Alto Rio Doce de Minas Gerais" (Rothman et al., 1999 - Relatório Final).

¹⁰ Instituto de Geociências Aplicadas - IGA (CETEC).

população urbana é de 1.955 habitantes e a rural é de 2.024 (Dados de 1998 da Fundação João Pinheiro).

Percebeu-se durante o estudo que a pequena produção tem grande importância na região. A policultura e a mão-de-obra familiar são características principais, envolvendo participação ativa de seus membros. Os filhos cumprem o período de estudo e o período de trabalho, principalmente os do sexo masculino. Às mulheres cabe a função de cuidar da casa e das imediações (quintal, horta e o trabalho da lavoura localizada próxima à casa). O almoço é servido muito cedo, já que, com o clarear do dia, todos se levantam para o trabalho. Foi muito comum, durante a pesquisa, conversar com as mulheres na cozinha da casa entre 9h30min e 10 horas da manhã, porque elas estavam terminando de fazer o almoço. Com a comida pronta, elas caminham até 2 km, levando a marmita para os maridos e os filhos que estão trabalhando na roça de milho. Lá, as mulheres ficam trabalhando também até a tarde. De volta à casa, a mulher continuava sua jornada de trabalho, lavando roupa e preparando o jantar. Nas famílias que existem filhas, o trabalho da mulher é facilitado, pois há divisão de tarefas, conforme diz uma moradora:

Seria muito bom se eu tivesse uma filha, ela poderia me ajudar e levar a comida para o pai e o irmão, e ajudar um pouco na roça também, mas eu não tenho...só tenho um filho. Mas minha irmã tem duas filhas e dois filhos(Ana, moradora do Sumidouro).

A plantação localiza-se em áreas ribeirinhas onde cultivam arroz em casca sequeiro, arroz em casca irrigado, arroz em casca várzea úmida, banana, cana-de-açúcar, café, feijão, laranja, mandioca, milho e tomate. Na pecuária, destacam-se, por ordem de importância, aves domésticas, bovinos, suínos, eqüinos, caprinos e ovinos.

Paralelamente aos produtos citados, que são os predominantes, observa-se o cultivo também de produtos como amendoim, batata-doce, inhame, alho, quiabo, verduras e ervas usadas para chá, destinados ao consumo doméstico. No pomar, há predominância de laranja, mexerica, banana, jabuticaba e goiaba¹¹, mas encontra-se com facilidade o abacate, o

¹¹ O período das entrevistas coincidiu com uma boa safra de goiaba na região. Na maioria das casas visitadas, as mulheres já tinham feito ou estavam fazendo a goiabada mineira ou goiabada cascão. A goiabada cascão, feita em tachos de cobre, acompanhada do queijo mineiro - também produzido por elas em suas propriedades - tanto é servida para as visitas, como é freqüentemente usada para sobremesa da família.

mamão e o figo. Este usado para fazer doces para festas de fim-de-ano. Da mandioca se produz a farinha comum e a torrada, a primeira usada na fabricação de biscoito de polvilho, “quitanda” muito comum em todas as casas, e a segunda utilizada como complemento no feijão e no café com leite, formando um alimento comum na região, o “café com leite com farinha”. Do milho, faz-se a farinha de milho, o fubá e a canjiquinha. Também produzem a rapadura usada, na região, para adoçar café e fazer bolos e broas. Nem todos esses produtos são vendidos para terceiros; alguns são para seu consumo, representando uma economia no orçamento destinado às compras nos armazéns da cidade.

Apesar de alguns autores¹² classificarem a forma de vida em comunidades rurais, nos países subdesenvolvidos, como agricultura de subsistência de economia fechada, outros autores, como Wolf (1957) e Myrdal (1955), dentro da antropologia, ressaltam que as comunidades rurais desses países podem ser consideradas como “sociedades parciais - ligadas através de comunicação, mercados, estruturas de poder e, assim por diante, à sociedade mais ampla: a complexos regionais e nacionais dos quais elas se diferenciam por variáveis econômicas, políticas e culturais”.

STAVENHAGEN (1979) acrescenta o fato de essas comunidades rurais estarem incorporadas a uma economia de mercado, respondendo às suas pressões, pois, mesmo sendo predominante a produção agrícola para consumo direto, elas não constituem unidades auto-suficientes. Sendo assim, parte da produção pode ser trocada por bens manufaturados ou por valor monetário, não sendo raras as vezes em que o produtor rural vende alimentos de que necessita com o objetivo de adquirir bens ou satisfazer a uma necessidade mais imediata. Dias após, pode voltar a comprar o mesmo gênero alimentício que vendeu por um preço mais elevado nos mercados e armazéns.

Existem também as trocas não-monetarizadas. em que um bem é trocado por outro dentro da própria região, entre vizinhos e parentes, e, ou, vizinhos. Um exemplo típico das regiões rurais de Minas Gerais é a distribuição de carnes de porco ou boi que foi sacrificado em uma das residências. Em cada época, a responsabilidade pela distribuição pertence a uma das famílias.

¹² Sobre isso ver Queda (1997:26-38).

Outros tipos de trocas não-monetarizadas são aqueles que não envolvem bens de consumo. São os favores prestados aos vizinhos. Na região atingida de Pedra do Anta há o exemplo de um produtor que tem um carro e, com ele, socorre doentes, transporta noivas para a igreja, etc. Em troca, ele recebe outros favores, como a ajuda para limpar um terreno etc.

A zona rural de Pedra do Anta é organizada em comunidades, muitas localizadas em áreas ribeirinhas, como aquelas selecionadas pela pesquisa. São constituídas por pequenos produtores rurais trabalhando em propriedades obtidas na partilha familiar dos bens, ou em regime de parceria com proprietários. Em sua grande maioria, as pessoas vivem no local há muitos anos, onde as relações sociais se constroem através do parentesco, vizinhança, consubstancializando-se em trocas de favores e ajuda mútua. Os nomes das comunidades são diferenciados e se estabeleceram em função da nomeação das maiores propriedades próximas, as “grandes fazendas antigas” - antes de serem divididas ou baseando-se em alguma característica peculiar do local, geralmente uma característica geográfica ou histórica do cotidiano das pessoas do lugar.

As pessoas identificam seu endereço pelo nome da comunidade e não por sua propriedade ou local de moradia, no caso dos meeiros. Ao se perguntar a uma pessoa sobre seu endereço de morada, tem-se como resposta: (...) *eu moro no Morro Vermelho* ou *eu moro nos Pinheiros* (...).

Quando o endereço residencial de uma pessoa que mora na cidade é solicitado, o comum é dizer o nome da rua e o número do imóvel para depois dizer o nome do bairro ou alguma referência do local. No município de Pedra do Anta e na zona rural, os moradores utilizam um outro referencial para essa finalidade. Na região atingida, o verbo morar significa muito mais do que residir. Não se diz em primeiro lugar o nome da propriedade e, sim, o nome da comunidade em que habita. É comum também dar o nome do vizinho mais próximo ou citar, para localização, alguma característica peculiar ao local. Como as propriedades são separadas por porteiras, é mais comum ainda se utilizar da contagem delas para acompanhar o endereço:

eu moro no Sumidouro, depois de Toninho que é a primeira propriedade, você pode contar duas porteiras, aí você chega onde eu moro. Não tem como errar, é só ir beirando o rio (Sr. Mauro, morador da comunidade do Sumidouro).

A forma de os moradores da zona rural atingida em Pedra do Anta conceber o seu “lugar” está conforme o que ensina Durkheim, citado em D’AQUINO (1996):

as estradas, a forma das casas, a sua distribuição espacial, não passam de vida consolidada (p. 3).

Dessa forma, o desenho que é feito pelos moradores do local em que vivem possui, por referencial, três figuras que podem ser consideradas básicas: as porteiras, o rio e as casas na sua margem. As casas e as porteiras representam um “ponto de ancoragem fixo”¹³, no qual pode-se perceber e avaliar o local. O rio funciona para a população como um eixo direcional, já que todas as propriedades estão situadas à sua margem. Por isso, a população utiliza-se de expressões como a citada por Seu Mauro, “(...) é só *seguir beirando o rio que você chega lá*”. Outras expressões utilizadas pelos moradores são “rio acima”, “rio abaixo”, “margem direita” e “margem esquerda”, como na fala de Seu Joaquim, morador do Morro Vermelho:

(...) a propriedade de Jane fica na margem esquerda do rio, aqui nós estamos na direita, então, ou você pode dar a volta pela estrada, que é mais longe, ou você pode atravessar na jangada, no rio, que é pertinho (...).

Isto coincide com o que é relatado por DA MATTA (1991), em sua discussão sobre espaço, quando se refere às cidades do interior do Brasil, onde as pessoas informam aos de fora a posição das moradias de modo pessoal e até mesmo íntimo:

A casa do Seu Chico fica ali em cima... do lado da mangueira...é uma casa com cadeiras de lona na varanda... tem janelas verdes e telhado bem velho (...)
(p. 34).

Segundo esse autor, nestes casos o espaço se confunde com a própria ordem social, de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido:

(...) nestes sistemas , pode-se dizer que o espaço não existe como uma dimensão social independente e individualizada, estando sempre misturado, interligado ou “embebido” - como diria Karl Polanyi - em outros valores que servem para a orientação geral (p. 34).

¹³ Aqui empregando o termo utilizado por MARTINS-COSTA (1989), em seu trabalho com a população camponesa durante a formação do lago de Sobradinho.

Nota-se que, para os atingidos, o conceito de comunidade é muito particular. Eles se autodenominam moradores de comunidade porque, segundo eles, existe a idéia de grupo; o trabalho e a forma de vida das pessoas são muito semelhantes, as lutas são as mesmas, bem como as dificuldades financeiras, de acesso à saúde, à escola e de transporte. Depois da formação da associação de moradores atingidos pela barragem, a idéia de comunidade passou a se destacar ainda mais entre eles.

MARTINS-COSTA (1989) analisou, em seu trabalho, a importância que a localização das casas, do rio e da estrada tinha para a população que morava à beira do rio, onde foi formado o lago de Sobradinho. A autora relata que, com a formação do lago, os moradores que permaneceram em sua "borda" perderam o sentido de orientação espacial, uma vez que estradas e casas antigas foram inundadas e redesenhadas. Em outro caso, no mesmo local, no reassentamento de Serra do Ramalho, privaram-lhes do rio, ocorrendo o mesmo processo de desorientação espacial, de forma que, segundo a população, as novas casas, as roças, as ruas "carecem de frente, não sobem, nem descem, não se afastam nem se aproximam da beira".

A relação dos moradores da região atingida em Pedra do Anta com o rio também é muito forte. Ele é utilizado para a lavagem de roupa, onde as mulheres se reúnem e conversam sobre tudo. O rio também é utilizado para o gado beber água, para o divertimento nos fins de semana, incluindo a pescaria, que reúne vários membros de uma mesma família ou vizinhos próximos.

Através da comparação com situações e efeitos experimentados por outras populações atingidas - e descritas em outros trabalhos de pesquisa -, é possível avaliar as possíveis conseqüências da barragem da Cachoeira da Providência para a população. Observa-se grande semelhança entre as populações atingidas (a de Pedra do Anta e a de Sobradinho) na relação que ambas têm com o rio e por tomarem estradas e casas como referenciais. Pode-se inferir que o mesmo efeito incidirá sobre a população atingida quando for formado o lago da Cachoeira da Providência, principalmente sobre aqueles que optarem por ficar próximo ao lago, já que lhes serão destinadas as terras "morradas", utilizadas atualmente apenas para pastagem.

Os efeitos esperados também dizem respeito à perda da condição de produtor rural, ou uma transformação no tipo de trabalho, pois atualmente o

predomínio do trabalho agrícola é na lavoura de cultura branca, que se faz em terras baixas, à margem do rio. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), realizado por técnicos da empresa interessada na obra, chega a propor algumas opções, conforme citação a seguir, presente nas informações complementares ao RIMA, entregues à FEAM em fevereiro de 1999:

Haverá a necessidade da readaptação dos produtores rurais do entorno do empreendimento a uma nova situação de ordenação e utilização da área do entorno, assim com das áreas fora deste limite que forem adquiridas para relocação ou reassentamento (...) (p. 99).

Apresenta-se ainda como ação geral a proposta de exploração mais intensiva da terra, através do investimento em fruticultura tropical e do plantio de café adensado. Diversas críticas têm sido feitas por profissionais da área¹⁴ de agronomia que tiveram acesso à leitura do relatório. Consideram eles essas sugestões – cultivo de fruticultura tropical e café adensado – inviáveis do ponto de vista técnico, do econômico e do cultural. Do ponto de vista técnico, a inviabilidade dá-se pelo tipo de terreno que será remanescente, predominantemente morros e encostas que favorecem a erosão, dentre outros fatores prejudiciais ao meio ambiente. Do ponto de vista econômico, pela necessidade de alto investimento em adubação do solo, manutenção e limpeza do terreno. Acrescenta-se a isso a dificuldade, já existente, de escoamento da produção, que não foi contemplada no relatório. Deve caber, ainda, ao produtor todo o processo em busca de financiamento para investir nas novas atividades propostas por técnicos da empresa. Culturalmente, mudanças no tipo de cultivo agrícola e no trabalho de agricultura familiar podem ter graves conseqüências no modo de vida da população atingida, principalmente pelo fato de o cultivo intensivo de fruticultura tropical irrigada nunca ter sido antes utilizada pelos produtores rurais da região atingida.

Outra conseqüência esperada é o rompimento de relação entre vizinhos e parentes devido à separação e à perda de acesso a locais de sociabilidade do grupo nos finais de semana: a ilha ou a “prainha de Antônio Carneirinho” e a “capela da Braúna”. Note-se que a capela também é usada

¹⁴ Agradeço ao Clayton - estudante de Agronomia e membro do grupo de assessoria aos atingidos por barragens - por sua análise e informação sobre as questões de viabilidade dessas duas formas de cultivo intensivo.

nos dias de semana para a realização de novenas, conforme depoimentos de moradores.

Cachoeira da Providência, Braúna, Morro Vermelho, Pinheiros, Moinho Velho, Sumidouro são os nomes das comunidades pertencentes à área escolhida para este estudo. O acesso à Cachoeira da Providência é o mais fácil, por estar mais próxima à via principal do que as outras localidades. As estradas não são pavimentadas, dificultando o acesso principalmente no período de chuva¹⁵. Os meios de transporte mais utilizados são charretes, cavalos e raramente, automóveis - fusca ou Brasília. É comum encontrar pessoas caminhando pela estrada com destino à cidade de Pedra do Anta, seja indo ao médico, seja para fazer compras ou indo à missa. Elas saem muito cedo de suas casas, assim que clareia o dia, iniciam sua caminhada, quase sempre em grupo de três ou mais pessoas.

Em 1998, a Prefeitura de Pedra do Anta disponibilizou um ônibus para buscar os estudantes da zona rural para freqüentarem a Escola Estadual da cidade, dando-lhes a oportunidade de continuarem seus estudos. Estes estudantes caminham aproximadamente 3 km para chegar ao ponto de ônibus. O período de chuvas compromete em parte a presença dos estudantes na escola, porque, em excesso, a chuva causa estragos na estrada e o ônibus fica sem condições de transitar e os estudantes sem condições de caminhar até a cidade.

Ainda com relação à infra-estrutura, existe um posto de saúde na comunidade de Braúna, que, segundo os moradores, só tem funcionado durante campanhas de vacinação. O funcionamento do posto na região é muito importante, pois evitaria deslocamentos até a cidade para exames simples, como a verificação de pressão arterial, ou mesmo para comprar remédios que poderiam estar disponíveis no posto.

Não existe energia elétrica em todas as residências, o que é um motivo de descontentamento por parte dos moradores¹⁶. Nas propriedades que

¹⁵ O período de aplicação das entrevistas foi marcado pela constância das chuvas. Houve dias em que foi preciso voltar, já estando na metade do caminho, para que o carro não ficasse preso no barro.

¹⁶ A provedora de energia da região de estudo é a CFLCL. A maioria daqueles que não possuem energia elétrica diz que, na época em que a companhia de energia estava fazendo a instalação das redes nas comunidades, o proprietário interessado em colocar energia em sua propriedade teve que desembolsar um valor que, segundo eles, era muito alto, o que impediu o acesso a esse benefício. Segundo os moradores, o custo atual ainda é elevado, o que impede tal investimento.

possuem esse recurso, os eletrodomésticos predominantes são a geladeira, o chuveiro, a televisão ligada à antena parabólica e o aparelho de som; na produção agrícola, os equipamentos mais usados são a capineira e a bomba de cisterna. Para muitos desses moradores que não têm acesso à energia elétrica, sejam proprietários de terra ou meeiros atingidos pela barragem, a construção de uma usina hidrelétrica no local, acompanhada do discurso de desenvolvimento regional e da melhoria de vida, representa um contra-senso, partindo do pressuposto de que a energia produzida pela barragem não será acessível a eles, uma vez que serão deslocados para outra região e não serão diretamente beneficiados pela energia elétrica a ser produzida no local.

5.3 A escolha dos eixos analíticos

Dentro do objetivo etnográfico, as categorias *espaço/lugar*; *tempo*, *vida pública* e *vida privada* estão inseridas na descrição e nos relatos das experiências dos atingidos e emergiram como categorias a partir do acompanhamento da vivência da situação dos atingidos, em virtude do problema de pesquisa proposto, que teve como hipótese o fato de impactos e efeitos da construção de uma barragem no local estar afetando, desde o início do processo, a relação entre o atingido e o espaço habitado por ele. Essa relação independe do fato de o habitante ser proprietário ou não da terra de morada e de trabalho. Estaria afetando, ainda, a história de vida dos moradores do local, interferindo em atividades existentes ao longo de anos e na forma de vida da população atingida.

Neste trabalho buscou-se apresentar, na forma de ensaio etnográfico, os efeitos já vivenciados e efeitos esperados. Este último está baseado em situações já ocorridas em outros locais de construção de hidrelétricas, porém em regiões distantes da região do presente estudo. Essas situações são apresentadas também por outros estudos e são discutidos ao longo deste trabalho. Os efeitos têm uma forma própria de se apresentar em cada pessoa. Esses efeitos são classificados e também são descritas as possíveis transformações no espaço e na vida privada dos atingidos.

Podem-se desenhar as categorias pressupondo que a categoria **Espaço** está relacionada às percepções e interpretações do ambiente físico -

terra de trabalho e moradia; ao local onde se planta e se colhe o sustento familiar e a matéria-prima para trocas comerciais na cidade; ao local de descanso e relações sociais, através da pescaria no rio, dos bate-papos na venda, na "lavação" de roupa no rio; ao ambiente ecológico, partindo-se do princípio de que o conceito de ecologia aborda as relações entre seres vivos e o ambiente em que vivem, bem como de suas recíprocas influências, segundo FERREIRA (1986). Almeida, citado por FERREIRA (1986), diz que o estudo da ecologia está intimamente relacionado à história de vida de um povo, porquanto os seus fatos se produzem no espaço e a ele se condicionam. ODUM (1988) também aborda a ecologia como uma área cada vez mais integrada, que une as ciências naturais e sociais por seu enorme potencial para aplicação das questões humanas, uma vez que situações do mundo real quase sempre incluem um componente da ciência natural e um componente socioeconômico e político.

Vários autores discutem a categoria espaço em diferentes correntes de análise.

Para MORAES (1984), o espaço humano é o resultado da produção. A produção humana, segundo ele, surge quando o homem trabalha com outros em um regime de cooperação. Primeiro o homem produz, depois ele cria o espaço humano, ou seja, pela produção o homem modifica a *natureza primeira*, que o autor também chama de natureza bruta. O espaço é criado como *natureza segunda*, natureza transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir torna-se, então, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço.

As maneiras de produzir mudam; as relações entre o homem e a natureza mudam, afetando sua forma de reproduzir a vida. Se esse tempo social muda, o espaço e a sua organização igualmente mudam.

WOORTMANN (1997) discorre sobre a forma de reprodução e criação do espaço específico dos camponeses em seu trabalho com sítiantes do Nordeste. Segundo ela, para se reproduzirem, os camponeses produzem mercadorias, mas a produção delas é antecedida pela produção de bens, e esta, por sua vez, é antecipada pela produção-reprodução de bens simbólicos que constituem o corpo do saber. Este saber, segundo a autora, seria o saber-fazer camponês, globalizante. A autora explica, ainda, que, ao trabalhar a terra, o camponês realiza outro trabalho: o da ideologia:

Juntamente com a produção de alimentos, ele produz também categorias sociais, pois o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual. Além de produzir cultivos, o trabalho também produz cultura. Assim, para o camponês, trabalho, terra e família são indissociáveis e falar de um é falar dos outros (p. 14).

Ainda, segundo Woortmann, o sítio é o lugar do trabalho por excelência. Mas este é também o resultado do trabalho, por ser um espaço construído; na realidade trata-se de um conjunto de espaços articulados entre si, que lhe permite organizar-se como um sistema de insumos e produtos:

Esse espaço é o resultado de um processo histórico secular em que o ambiente foi alterado, com gradativa eliminação da cobertura vegetal original e de todo o ecossistema que lhe era associado (p.27).

O depoimento a seguir, de Dona Lurdes, moradora da comunidade do Sumidouro, ilustra bem este ponto. Nele fica evidente que as modificações efetuadas por eles na paisagem antiga transformaram-na num espaço fértil e produtivo. Desta forma, essa paisagem deixou de ser um espaço qualquer para se transformar num espaço definido com a marca de seus novos habitantes:

Quando a gente comprou aqui, isso era puro pasto, pura grama, grama muito alta. Pra acabar coma grama, a gente capinava com a enxada, roçando, depois juntando e eu apanhava num balaio. Jorge, ia cortando de arado pra lá e eu de balaio atrás e jogando no rio. Tinha que jogar tudo fora, porque onde larga essa grama, ela pega. Nós conseguimos acabar com essa grama e semeamos tudo de semente nova e eu plantei essas árvores aí fora. As pessoas diziam que esta terra não prestava, que era pura terra de formiga, então eu dizia: - eu vou acabar com isso tudo, eu não , mas Deus que vai me dar força para acabar com isso e eu acabei, né? Sabe, não existe terra ruim. Existe terra que dá trabalho e nem sempre a gente ver o que plantou. Quando eu semeio uma semente de árvore nova , as pessoas me perguntam: - Você tem esperança de dar? Eu digo: - tenho. Porque se não vier a alcançar, outros alcança, mas que eu vou semear, eu vou. Eu faço muda pra muita gente aí.

Na região atingida de Pedra do Anta, é muito comum encontrar antigos meeiros que, com muito esforço, conseguiram comprar uma pequena propriedade. Este é o caso de Dona Lurdes. É comum também que essas pequenas propriedades tenham seu tamanho ampliado, pela aquisição de áreas de vizinhos, ou de outros herdeiros, no caso de partilha de herança. Desta forma, passa-se a contar com espaço maior, onde se pode produzir e garantir o sustento da família, e essas alterações do local transformam-no naquele desejado e desenhado no imaginário dos seus moradores. Dona Madalena, que mora na comunidade do Moinho Velho, também redesenhou o espaço que recebeu de herança muitos anos atrás:

Nós não ganhamos isso aqui não. Eu trabalhei a morrer pra poder comprar isso aqui. As partes, porque nós herdamos aqui, só um alqueire, o resto tudo fomos nós nos braços, no cabo da enxada, batendo muito pasto para os outros, para poder encostar a família.

Minha filha, olha esse quintal que eu tenho, você acha que se eu sair daqui, eu faço um quintal mais desse? Eu alcanço um quintal formado igual está aí, fruta pra meninada chupar à vontade... eu vou plantar um pé de fruta hoje, essa idade que eu estou, eu vou alcançar ele dá? ... (chorando)... não, não vou alcançar não.

O terreno está aí, você vê. Nós tiramos o mantimento pra comer, pra suprir uma roupa, um remédio... mas e se nós pegarmos uma indenização, o que nós vamos fazer com ele? Comer dinheiro? Dinheiro na mão some, minha filha.

Segundo CIGNOLI (1997), a principal discussão sociológica sobre espaço ocorre principalmente na França, na chamada “escola francesa da sociologia urbana”, a partir da década de 50 - a segunda pós-guerra.

Henri Lefebvre, segundo o autor citado antes, foi um fiel representante daquela época e daquela corrente intelectual. Sua reflexão filosófica e sociológica sobre a cidade levou-o a afirmar que o espaço possui múltiplas propriedades no plano estrutural e funciona, simultaneamente, como meio de produção e como parte das forças produtivas. O espaço, segundo ele, é um produto social constantemente elaborado e um objeto de consumo, um instrumento político e um componente das lutas de classes. O espaço é o lugar da ação e a possibilidade social de comprometer-se na ação.

Já para Manuel Castells, também citado por CIGNOLI (1997), não existe uma teoria específica do espaço, senão simplesmente um desdobramento e uma especificação da teoria da estrutura social, a fim de explicar as características da forma social particular, o espaço e suas articulações com outras forças e processos historicamente dados. Neste sentido, Castells faz uma análise oposta à de Lefebvre e caracteriza o espaço seguindo três níveis: nível econômico, que seria o conjunto de realizações espaciais do processo social; nível político, que diz respeito à organização institucional do espaço, regulada pelo Estado (Castells, 1974); e o nível ideológico, que é a organização simbólica do espaço, que funciona como *uma rede de signos cujos significantes estão constituídos por formas espaciais de conteúdo ideológico* (p. 154).

Uma outra discussão é elaborada pela geografia humanístico-cultural, que tem se ocupado em estudar o comportamento das pessoas em relação ao espaço: a forma de aquisição de habilidades e conhecimentos espaciais e a

maneira pela qual as pessoas se tornam emocionalmente envolvidas com um lugar.

Segundo Amorim Filho (1983), para os defensores dessa corrente analítica, as imagens que as pessoas têm do espaço e que orientam sua ação sobre ele, resultam de condições psicológicas e físicas individuais e sobretudo da experiência de vida de cada um e das heranças culturais coletivas.

(...) os defensores dessa corrente geográfica, têm tido sempre como referência fundamental e afirmação de que a ação ou o comportamento espaciais dos grupos humanos depende, em larga medida, de elementos “não racionais” e de valores nem sempre explicáveis cientificamente (p.24).

Yi-Fu Tuan é um dos mais destacados desses geógrafos. No quadro teórico da geografia humanística, este autor busca analisar a relação entre espaço privado para entender as sensações das pessoas e dos animais quando seu espaço passa a chamar a atenção de pessoas estranhas a ele. Quando este espaço já habitado recebe a presença de outra pessoa, que não o habita e que possui interesses exploratórios, segundo o autor a emoção experimentada pelos habitantes é a de que sua privacidade é abalada e a atmosfera é imediatamente mudada. A privacidade, neste exemplo, é a necessidade de possuir e preservar um espaço seu e de seus entes e de não ser perturbado por estranhos.

A discussão apresentada por TUAN (1980) coincide com a situação vivenciada pela população atingida na zona rural de Pedra do Anta. Em vários momentos, os moradores do local reclamaram que seu espaço foi invadido pelos funcionários da empresa, que faziam as medições do terreno sem um pedido de licença ou qualquer outra satisfação. Alguns depoimentos abordando este tema estão em outras partes desse estudo. Eliana, moradora do Moinho Velho, ressaltou, em uma das conversas que teve com a pesquisadora, que, por várias vezes, pessoas de sua família saíam na porta da cozinha para ir ao galinheiro ou mesmo ao pomar e avistavam pessoas estranhas muito próximas à casa, medindo e cavando buracos. Ela lembrou o privilégio de possuir um banheiro dentro de casa:

(...) já pensou se a gente não tivesse um banheiro dentro de casa? Ia ter que pedir licença pra essas pessoas pra poder fazer as necessidades... e olha, que não é todo mundo por aqui que tem banheiro dentro de casa não (...).

Os geógrafos humanísticos-culturais estabelecem uma diferença significativa entre espaço e lugar (MELLO, 1990). O “espaço” seria qualquer porção da superfície terrestre. “Lugar” seria um recorte e estaria contido no “espaço” que pertence a cada indivíduo. Mas, apesar de cada ser humano possuir seu próprio universo, existem também os universos vividos coletivamente compartilhados pelos grupos sociais, conforme exposto pelo autor:

Os pertences, parentes, amigos e a base territorial experienciada fazem parte do acervo íntimo do indivíduo. Pausa, movimento e morada conferem ao mundo vivido a distinção do lugar. As experiências nos locais de habitação, trabalho, divertimento, estudo e dos fluxos transformam os espaços em lugares, carregam em si experiência, logo, poesia, emoção. Sensação de paz e segurança dos indivíduos que estão entre os “seus”, tem uma conotação de pertinência por pertencer à pessoa e esta a ele, o que confere uma identidade mútua, particular aos indivíduos. O bairro, os locais de trabalho, dos encontros e lazer são lugares vividos, bem como os caminhos que conduzem a esses diferentes pontos (p. 92).

Mello também apresenta as diferenças entre o conceito de espaço do ponto de vista do capital, do senso comum e para a geografia humanística:

Os geógrafos do horizonte humanístico insistem que o lugar é o lar, podendo ser a casa, a rua, o bairro, a cidade ou a nação. Enfim, qualquer ponto de referência e identidade. Para o capitalista o espaço é uma mercadoria destinada ao lucro, um meio de apropriação, controle, troca e ganho. Para o homem comum o espaço, transformado em lugar, nas experiências cotidianas, é “carregado de valores simbólicos”, pois dele se nutre, protege e se comunica, como na analogia estabelecida por Frémont e Tuan, entre a mãe e o espaço, aquela vista como o primeiro espaço, ou melhor, o primeiro refúgio, centro de alimento e apoio, logo, lugar (p. 93).

Os atingidos possuem essa visão de unidade, de vida coletiva, e em seus depoimentos sempre explicitam o valor que conferem a isso, como um privilégio. Ao mesmo tempo, demonstram o temor que sentem, caso tenham que sair do local e se separarem de seus vizinhos:

(...) mas sair daqui também, eu fico pensando, vai sair muita gente...aqui a gente já conhece todo mundo. Os vizinhos, são o mesmo que parente, quantos anos vive tudo reunido aqui? Só eu já conheço esse povo todo há 53 anos. E agora, a gente pensa, se sair daqui, não achar bons vizinhos...porque agente aqui é mesmo que irmão. Tem muito parente aqui também, e aí, vai ficar tudo desnordeado um do outro. Um vai pra um lado, outro vai pra outro, né? Nem sabe se depois disso vai encontrar mais! E aqui a gente conversa todo dia um com o outro...o pior que eu acho, é isso! (Dona Glória, moradora da Cachoeira da providência).

Nós vamos preferir ficar aqui na região, porque aqui a gente tem apêgo a região. Vive aqui, nasceu, criou a família toda. Todo mundo vive unido com as vizinhança. Trabalha na igreja, faz novena junto. Sempre que um precisa o outro ajuda. Como essa noite, por exemplo, nós não dormimos ajudando o vizinho, com o menino doente. Eu sei que eu tenho esse fusquinha e ele quase não para. Precisou dele, lá vai pro Anta, levar pessoal doente, pessoal para o hospital. Se as pessoas precisam, a gente podendo ajudar, a gente ajuda. Nós

aqui, não temos inimizade com um cachorro, graças a Deus (Seu Bento, morador do Moinho Velho).

Do ponto de vista da antropologia social, AUGÉ (1994) considera o termo “lugar” de melhor utilização do que espaço. Para este autor, o conceito de espaço teria surgido com a construção de abrigos permanentes, isto é, a adoção da arquitetura a partir do período neolítico. Neste momento, a vida em comunidade teria sido fundada, e teriam surgido as condições do político, da separação entre o público e o privado. Isso porque a casa é, simultaneamente, abrigo de pessoas e barreira entre elas, bem como barreira entre as pessoas e o meio ambiente natural.

Em antropologia, lugar define-se como a construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço, servindo de referência para todos aqueles que são destinados por esse lugar a uma posição. O lugar assim definido é uma base de sentido para os que nele vivem e torna-se fundamento da inteligibilidade para a pessoa de outra cultura interessada em observar e entender aquela comunidade em que o lugar em questão foi construído. Segundo o autor, o lugar antropológico caracteriza-se por garantir simultaneamente identidade, relações e história dos membros do grupo cuja cultura o constitui. Lugar é a idéia materializada que os habitantes têm de suas relações com seu território, com suas famílias e com os outros. Para o referido autor, tal idéia é variável em parte, de acordo com as posições que indivíduos e grupos ocupam no sistema e pode ser transformada em mitologia, mas provê e impõe um conjunto de referências, que, ao desaparecerem, é de difícil substituição. Para ele, o contrário de lugar seria o não-lugar, que é um espaço organizado, mas que não garante identidade, relações e história. O espaço do não-lugar não cria identidade singular nem relações.

Os atingidos de Pedra do Anta, ao refletirem sobre sua situação, em todos os depoimentos deixaram claro as qualidades do lugar em que vivem, acrescentando que, apesar das dificuldades de trabalhar no campo, por ser um trabalho árduo e de pouco retorno, não há melhor lugar para viver e para criar os filhos. Mas não é apenas isso; em muitos depoimentos, após ressaltar as qualidades do local, eles compararam com a vida na cidade, com suas limitações, e destacaram que não é fácil uma adaptação à cidade, para quem nasceu na “roça”.

Fica claro, nos depoimentos dos atingidos, que, para eles, espaço é igual a lugar, que é igual a terra, que é também igual à casa e morada, e um fator não existe sem o outro. Eles possuem um espaço, que representa o lugar onde vivem e onde trabalham a terra, e é neste contexto que se formam as relações sociais. Se o espaço que possuem fosse outro, em outro local, o lugar seria diferente, suas atividades seriam diferentes, suas relações tanto com a terra quanto com os vizinhos também se dariam de forma diferenciada. Mas ao destacar diferentes locais, os atingidos sempre comparam o seu lugar, com um “não lugar”, que seria a vida na cidade:

Eu fico preocupado com essa história de barragem, porque estou começando minha vida aqui nesta terra, que é de meu pai. Eu nasci aqui, trabalho aqui, mas a terra é dele. Mas eu também sei que meu pai não vai me mandar embora daqui. Eu aqui estou vivendo bem, não tão bem assim, porque a vida na roça está difícil, mas pelo menos eu produzo de quase tudo, não tenho patrão e viver aqui é muito sossegado. Antes de eu voltar pra aqui, eu trabalhei no interior de São Paulo, em Mogi Mirim, mas não deu certo, não acostumei com a vida lá não, é muita violência, a gente vive com medo de tudo (...) (Marcos, morador da comunidade da Braúnas).

Lugar como esse aqui minha filha, é difícil de achar... com essa abundância de água. Eu tive no Mato Grosso há pouco tempo com meu filho e água lá só tinha estocada de chuva...eu não bebi água...eu, beber água de goteira? Meu maior medo com a barragem é ficar sem meu lugar e Ter que ir embora começar a vida de novo .Nós temos seis filhos. Qualquer coisa que aconteça com eles na cidade, eles vem descansar aqui. Se eles perderem o emprego, eles vêm pra cá, porque aqui , passar fome a gente não passa. Tem terra e planta de tudo. Tenho um filho comigo aqui, trabalhando porque lá na cidade ele não acha serviço...a gente só pode acolher os filhos quando eles precisam, porque nós temos esse pedacinho de chão (Seu Jorge, morador do Sumidouro).

“Pra nós, é o melhor lugar do mundo este daqui. Aqui, a gente pode deitar com as portas abertas, pode sair fora de hora, os filhos e netos vem da escola à noite sozinhos, porque aqui todo mundo se respeita, não tem malfazejo. Mas se sair essa barragem, como é que nós vamos conviver com essas pessoas estarnhas que vão vir para trabalhar na obra?. Isso está acabando com os velhos. Os velhos da redondeza aqui, com esse acontecimento e eles tudo sem saber direito o que que está contecendo, fica só matutando desgraça na cabeça, se não resolver isso logo, não vai sobrar um vivo. Vai morrer tudo de infarto, de desespero, de pensar que precisa sair, de ver o caminhão sair com as mudança da gente... os caquinhos que a gente tem... (Seu Rodolfo, morador do Morro Vermelho).

As interpretações das transformações ocorridas no local, que se inserem na categoria de **Espaço**, devem ser ressaltadas em razão das grandes transformações que ocorrem no ambiente físico com a construção da uma usina hidrelétrica, como a transformação da paisagem, com a dinamitação de rochas e morros (que antes serviam de pasto para o gado), desvio do curso natural do rio, esvaziamento do leito do rio de um lado e enchimento para formação do lago em outra parte do mesmo rio. Quaisquer transformações

nesse ambiente ocasionam conflitos e clima de tensão, uma vez que existe uma relação muito forte entre o ambiente físico e as relações sociais e a história da comunidade, conforme mostrado nos depoimentos abaixo:

O rio pra nós aqui é tudo. Nossa água do córrego vive suja por causa dos bois que ficam no pasto e entram no córrego. Quando isso acontece a gente tem que lavar roupa no rio. Tem dia que até a água para beber a gente tira do rio, ferve e bebe. A gente enche também a caixa com água do rio para tomar banho quando a água do córrego está suja. No rio também a gente pesca, tem muito peixe aqui. Pra mim, esse rio faz parte da minha vida (Eliana, moradora do Moinho Velho).

Aqui cada pessoal tem um costume de reunir, lá na Braúna, eles reúnem muito na igreja pra rezar e fazer novena, acho que eles fazem isso uma vez por semana. Aqui em baixo, a gente gosta de reunir ali na jacutinha, na prainha de Antônio Carneirinho... ali junta gente demais! E conversa sobre tudo, sobre a região, sobre a barragem e até sobre a vida dos outros (Seu Tomé, morador da Cachoeira da Providência).

Eu adoro viver perto do rio, porque minha vida é pescar. Se eu pudesse, vivia na beira do rio pescando. Aqui em casa é eu e meu menino que gostamos muito disso, de pescar (Joana, moradora dos Pinheiros).

A segunda categoria abordada neste estudo é o **Tempo**. Esta categoria se refere ao modo de vida, à forma de trabalho e à perspectiva de vida das famílias em uma situação-limite, em dois momentos: o período anterior ao recebimento de informações sobre a construção de uma barragem no local, e o período posterior à obtenção dessas informações.

Quanto ao modo de vida no contexto humano, TUAN (1980) relata que não significa meramente atividades que mantêm uma vida biológica da comunidade. Segundo ele, o termo *modo de vida* é usado principalmente para os seres humanos porque até mesmo entre os povos tidos como mais “primitivos” o ganhar a vida é colorido por objetivos e valores não-biológicos. Modo de vida seria, então, para o autor, o elo entre as diferentes atividades, relações e articulações que ocorrem dentro do território habitado por uma pessoa ou grupo.

Segundo BOURDIEU (1983),

o estilo de vida constitui um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou hexis corporal, a mesma intenção expressiva, princípio da unidade de estilo (...) (p. 83).

Dessa forma, modo de vida constitui a cultura adquirida dentro de um grupo, que se manifesta em sua forma de agir, pensar e comportar-se em situações do dia-a-dia e, ou, diante de situações novas em diferentes momentos da história de vida desse grupo.

Tempo e Espaço foram eleitos como categorias de análise a partir da observação dos atingidos no lugar onde vivem e também em razão do que falaram na audiência pública. A idéia das expressões "*hoje - na nossa terra*" e "*amanhã em outro lugar*" estava presente em suas falas expressando seus sentimentos em relação à possibilidade de saída forçada do local onde vivem. Apesar de a categoria Espaço predominar na discussão, as duas categorias formam uma junção, permitindo a construção do aqui-hoje/aqui-ontem e aqui-amanhã ou amanhã-em outro lugar.

Segundo DA MATTA (1991), tempo e espaço constroem e, ao mesmo tempo, são construídos pela sociedade dos homens, não havendo sistema social onde não exista uma noção de tempo e outra de espaço; em muitas sociedades, os dois conceitos se confundem e operam dentro de uma gradação complexa.

A terceira categoria é a que se refere à **vida pública/vida privada** - relacionada à inserção da comunidade atingida no processo de discussão sobre a barragem e a formação da Associação dos Atingidos pela UHE Cacheira da Providência. Na discussão de espaço de vida privada, as comunidades se vêem de um momento para o outro inseridas em uma discussão de âmbito público, fazendo parte de um processo em que não lhes foi permitido fazer escolhas e nem lhes foi reservado o direito de serem informados das discussões pertinentes ao futuro de seu território e de suas vidas.

Repentinamente, o espaço físico e cultural, que, anteriormente, representava um espaço privado de produção agrícola e de trocas sociais, que não despertava maiores interesses de órgãos públicos ou particulares, a partir da ameaça da construção da barragem, passa a ser um espaço público, onde o que está em questão, para o empreendedor, é o potencial hídrico para geração de energia elétrica. Para os atingidos, a questão de maior relevância é o destino da comunidade.

O que este trabalho elege como espaço privado não se refere ao termo de propriedade privada, mas de um espaço englobador pertencente a todos que residem no local atingido. É evidente que cada proprietário e cada meeiro sabem onde começa e termina a cerca de arame que separa seu território do território vizinho. Mas cada um também sabe que, juntos, seus territórios

formam um espaço privado da comunidade¹⁷, com características próprias de trabalho e de relações sociais, como na definição de comunidade rural feita por Robert Redfield, citado em MENDRAS (1978):

um todo, um sistema ecológico, uma estrutura social, uma biografia exemplar, um tipo de personalidade, uma visão do mundo, uma história, uma coletividade entre outras coletividades, uma combinação de contrários, um todo e seus elementos (p. 85).

A comunidade rural, para Mendras, organiza suas coletividades locais segundo modelos particulares e cita a definição de Marcel Maget para comunidade rural:

(...) na expressão “ aqui todo mundo se conhece”, “aqui” designa um habitat, isto é, ao mesmo tempo um território definido por oposição aos territórios vizinhos, e um território construído que serve a seus habitantes de residência, de instrumento de trabalho e de quadro de sociabilidade, combinando vida doméstica com vida coletiva (p. 87).

Dentro desta categoria, também pode-se analisar a possibilidade de se habitar um espaço ainda mais coletivo, pois a opção apresentada pela empresa é transferir parte da população atingida para um reassentamento coletivo. Percebeu-se, entretanto, que, para a população da zona rural de Pedra do Anta, morar em um reassentamento significa perder a liberdade que possuem; para os meeiros, apesar de não serem proprietários, há um vínculo antigo de trabalho entre eles e os proprietários; em alguns casos, a posição de meeiro foi passada de pai para filho em uma mesma propriedade. Eles dizem que isso facilita o relacionamento com o proprietário e lhes dá mais liberdade dentro do espaço que ocupam. Viver em um assentamento, para eles, significa “viver amontoado”, conforme depoimentos abaixo:

Eu não quero viver nesse negócio de assentamento não. Custei pra conseguir comprar meu pedacinho de terra e deixar de trabalhar para os outros, (...) não aceito morar amontoado não. A gente não precisa disso. Quero outra terrinha e tem que ser tão boa quanto a minha, senão eu não aceito também não (Seu Jorge, morador da comunidade do Sumidouro).

Aqui eu planto o que eu quero, trabalho todo dia e muito, mas não tenho que cumprir horário. Começo cedo, mas se o sol está muito quente eu paro pra descansar, e volto quando ele esfria um pouco (Mário, meeiro e morador de Entre Rios).

¹⁷ No caso desta dissertação, o termo comunidade, na forma singular, trata as comunidades atingidas englobadas em um espaço que pertence a todos os atingidos, portanto pertence à comunidade, como um todo.

Percebeu-se que o entendimento que os meeiros possuem sobre assentamento é de que se trata de um lugar onde não teriam a mesma facilidade que encontram para negociar com seus patrões atualmente. Talvez, por esse motivo, considerem negativa a idéia de viver em assentamento. Não perceberam, por exemplo, que a opção por assentamento lhes conferiria a propriedade de um lote.

6. O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA CACHOEIRA DA PROVIDÊNCIA

No início da década de 80, aproximadamente 1983, alguns moradores da zona rural do município de Pedra Anta perceberam a presença de funcionários da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina (CFLCL) na região. A curiosidade levou a comunidade a indagar sobre o motivo da presença daqueles funcionários, já que não estavam trabalhando em manutenção das redes elétricas da região. Foi então que descobriram que a CFLCL tinha a intenção de usar o rio que corta o município para aproveitamento hidrelétrico. Os técnicos continuaram percorrendo a região por alguns dias e, segundo moradores, *da mesma forma como apareceram, sumiram*. Nesse período, os técnicos deixaram marcas em alguns lugares e segundo a proprietária, esta marca foi feita pelos técnicos que percorriam a região. Eles não informaram os proprietários sobre esse código.

Nesse período, o assunto sobre a construção de uma barragem durou poucos dias após os técnicos deixarem o local. A população local não se preocupou com a questão porque acreditavam que o local não seria aprovado para a construção de uma barragem, já que não houve nenhuma conversa com as autoridades da cidade.

Conforme D. Lúcia, passaram-se aproximadamente oito anos até que técnicos da CFLCL voltassem a percorrer a região. Dessa vez, os “técnicos” eram, na verdade, da ESSE Engenharia, empresa de consultoria contratada

pela CFLCL para elaborar relatório e estudos de impacto ambiental, visando o aproveitamento hidrelétrico do rio que corta o local. Os moradores perceberam a presença de pessoas usando teodolito – poucos moradores usaram o termo “teodolito”. A maioria disse ter visto “homens usando um equipamento grande para medir”.

Nesse período, os técnicos visitaram algumas propriedades e perguntaram sobre o número de filhos, a produção, a renda familiar, o tamanho da propriedade, os animais da região etc. Em alguns casos, essa visita foi realizada à noite, quando os moradores já se encontravam recolhidos e as conversas aconteciam na porta da casa, de maneira formal e pouco detalhada. Para alguns moradores, a medição que os técnicos estavam fazendo começou a gerar certo desconforto, uma vez que não avisavam os moradores do dia que iriam voltar à região. Não foram poucas as vezes que os moradores se surpreenderam com a presença de um ou mais deles em locais muito próximos à casa. Como as propriedades ficam na região ribeirinha, muitas vezes os técnicos estavam medindo vazão da água do rio, ou “medindo os morros” próximo ao quintal das casas, sem pedir licença ao morador. Como disse D. Madalena, era comum os técnicos baterem à porta da casa e pedir um cafezinho.

Os técnicos percorreram por alguns meses a região e, mais uma vez, se foram, sem deixar claro para a população o que significava toda a movimentação que fizeram.

Percebeu-se que a movimentação dos técnicos gerou curiosidade na população, mas não estranhamento. Apesar de parecer um ato de passividade, os habitantes do local não estranharam a presença dos técnicos, porque eram da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina, a provedora de energia elétrica para o município de Pedra do Anta, que naturalmente fazia a manutenção da rede. A presença dos técnicos passou a ser incômoda a partir do momento em que a população tomou conhecimento dos objetivos da presença deles no local e a partir da colocação dos marcos nas propriedades, demarcando a formação do lago. Os marcos foram colocados sem a autorização dos moradores que descobriram a existência deles quando os técnicos já haviam deixado a cidade.

Esse comportamento evidencia uma violência simbólica por parte da empresa, ao se valer do fato de ser a provedora de energia na região e, portanto, conhecida dos moradores, para invadir propriedades alheias e fincar os marcos onde considerou necessário. Entrar nas propriedades para realizar o trabalho de manutenção é um direito, legitimado pelo Estado, da empresa provedora de energia elétrica. O que não está legitimado é que, enquanto empresa interessada em construir a barragem, de interesse unicamente particular, a empresa pode invadir e realizar modificações na paisagem da forma como foi feito e ainda assim se sentir no direito de bater na porta dos moradores para cobrar “um cafezinho”, conforme depoimento abaixo:

(...) eles chegaram, foram entrando dentro da terra da gente, subiram os pastos, mediram lá umas coisas, colocaram uns marcos lá, sem dizer nada pra gente, sem pedir licença e nós ficamos aqui de baixo espiando aquilo, achamos até que era alguma coisa de eletrificação rural... depois eles desceram, e pediram cafezinho e água, e nós na inocência, demos o café e a água e continuamos um tempão achando que era mesmo pra eletrificação rural (...) (D. Madalena, proprietária e moradora da comunidade Moinho Velho).

O episódio da solicitação do “cafezinho” por parte dos técnicos leva a uma breve reflexão sobre a questão do público e do privado e também a questão do viés urbano.

Ao entrar nas propriedades sem autorização dos moradores, para fazer medições e demarcações dos terrenos, os técnicos não somente invadiram um espaço físico, mas um espaço também social, gerando desconforto e curiosidade nos moradores, pois cada propriedade é um espaço público, mas público apenas aos moradores da região e não às pessoas “de fora”. O viés urbano permite que as pessoas da zona urbana classifiquem as pessoas do meio rural como muito simples, dóceis, amáveis e que, por isso, a zona rural pertence a todos, que é permitido entrar e sair quando bem achar necessário, como se este espaço fosse público e não privado às pessoas estranhas.

Durante trabalho de pesquisa e extensão, a pesquisadora pôde observar que episódios semelhantes aconteceram em outros projetos hidrelétricos próximos à região de Pedra do Anta, como no projeto da UHE Cachoeira Grande, no município de Canaã, que foi indeferido pelo Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais, e no projeto UHE Emboque, no município de Raul Soares - ambos pertencentes à mesma empresa interessada em construir a barragem da Cachoeira da Providência. No caso da UHE

Emboque, as deficiências nos estudos realizados pela empresa não impediram que esta conseguisse a Licença de Operação concedida pelo COPAM. Isso também ocorreu no projeto da Usina Hidrelétrica de Pilar, na zona rural do município de Guaraciaba, Minas Gerais, pertencente, na época, ao consórcio Fiat/Alcan. O que também foi comum nas comunidades atingidas por esses projetos de barragens, exceto as comunidades atingidas pelo projeto Emboque¹⁸, foi o fato de a população ter arrancado os marcos do local e jogado fora¹⁹. Apenas alguns mantiveram os marcos, conforme depoimentos, por medo de represália por parte da empresa. Esse temor está associado ao poder que alguns moradores, tanto da zona rural como da cidade de Pedra do Anta, atribuem à CFLCL. A empresa é considerada, por várias pessoas do município, uma empresa rica e poderosa, o que leva algumas pessoas, principalmente da cidade a não se envolver com a questão por medo ou por timidez diante do “poder” apregoado da empresa CFLCL.

A desinformação por parte da população atingida tem sido freqüente ao longo do processo de implantação de barragens. O Movimento Nacional dos Atingidos (MAB) diz que esta é uma tática usada pelas empresas de energia elétrica no intuito de evitar questionamentos por parte dos atingidos. Ainda na bacia do rio Uruguai, onde a ELETROSSUL, em 1977, aprovou a construção de 22 barragens, os atingidos pela barragem de Itá, desde o início, “percebiam a persistência de informações inadequadas ou ambíguas sobre os critérios para indenização e aquisição de terra para reassentamento” (ROTHMAN, 1996a:128).

Em Pedra do Anta, a falta de informações durante todo o processo tem sido muito grande e é uma das maiores reclamações por parte dos moradores, conforme alguns depoimentos:

*a gente não sabe de nada que está acontecendo, fica sabendo quando aparece um de vocês aqui, e a gente pergunta (...) (Sebastião, morador da comunidade Cachoeira da Providência).
é a pior coisa do mundo, agente ficar aqui pensando nesse negócio de barragem, porque, no início eles não disseram nada pra gente, vocês vieram aqui e explicaram tudo pra nós, isso foi muito bom...mas e a empresa? Ela não diz nada, não fala se vai tirar a gente daqui, se não vai, se vai pagar a gente,*

¹⁸ Um pequeno esclarecimento sobre o ocorrido no projeto da usina hidrelétrica do Emboque será feito mais à frente, uma vez que neste estudo não é pretendido tecer comparações com esse projeto.

¹⁹ Este fato também ocorreu entre a população atingida do rio Uruguai, estimulada pela CRAB como ações de “desobediência civil” (GRZYBOWSKI, 1987:29). Este acontecimento serviu de exemplo para a população atingida da barragem da Cachoeira da Providência.

*se vai mandar a gente pra outro lugar, não explica nada pra gente (...) (Bento, morador da comunidade do Moinho Velho).
eu não sei de nada não. Veio um pessoal da empresa aqui, fizeram umas perguntas, depois eles voltaram de novo, fizeram mais pergunta, mas não disseram nada pra gente não. Só disseram que a Cataguases vai fazer uma barragem aqui e que é capaz de muita gente ter que mudar daqui (Onofre, morador da comunidade dos Pinheiros).*

Informações concretas sobre a intenção de construir a barragem a população atingida de Pedra do Anta apenas obtiveram-nas em 1995 por intermédio do filho de um morador do local, que havia estudado na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e que, na época, estava trabalhando na propriedade do seu pai, na zona rural da cidade. Ele obteve essa informação de forma casual, em conversa com um dos professores pertencente ao grupo multidisciplinar de pesquisadores e de assessoria aos atingidos por barragens da Zona da Mata de Minas Gerais. Esse grupo se formou em 1995, em razão do interesse de professores/pesquisadores da UFV que possuíam algum envolvimento com os projetos de barragens hidrelétricas de outros locais e com os projetos de barragens de perenização do Rio Jequitinhonha, ou já tinham conhecimento de solicitação de assistência técnica referente aos novos projetos da Zona da Mata (VIEIRA e ROTHMAN, 1998).

Pouco depois de o grupo ser formado, houve uma reunião com a Comissão Pastoral da Terra, que possui um longo histórico de envolvimento em movimentos sociais e na prestação de assessoria a populações atingidas por barragens. A Comissão informou ao grupo que a CFLCL havia apresentado o pedido de Licença Prévia à FEAM e que o prazo de 45 dias para que a comunidade solicitasse audiência pública havia terminado²⁰. Isto fez com que o grupo decidisse priorizar sua atenção a esses atingidos, iniciando reuniões com a comunidade com os objetivos de levar informações acerca da real situação; discutir as implicações do projeto sobre a população e sobre o ambiente; informar sobre as possíveis decisões a serem tomadas; conscientizar a população atingida da importância de uma mobilização que permitisse o acesso a informações e à busca de seus direitos; divulgar experiências vividas por atingidos em outros locais do País; apresentar às

²⁰ A divulgação desse tipo de solicitação era feita somente pelo Diário Oficial. A partir da experiência vivida pelos moradores atingidos de Pedra do Anta, da cobrança da comunidade e de órgãos de apoio aos atingidos através de cartas e da imprensa, essa divulgação passou a ser feita também através de outros jornais de grande circulação dentro do Estado.

comunidades o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) realizado pela CFLCL, procurando passar a linguagem técnica para uma linguagem popular, para que todos pudessem se defender nesse processo.

Na primeira reunião com os atingidos, foi elaborada uma carta em que os atingidos solicitavam à FEAM que revisse o caso da Cachoeira da Providência. A carta explicava sobre a desinformação da população. Os atingidos sequer sabiam da existência do EIA/RIMA ou que a entrega deste à Prefeitura do município era obrigatória pela empresa interessada na obra. Em vista desses fatos, a FEAM achou por bem ampliar o prazo e permitir que as comunidades solicitassem a audiência pública, que é um meio utilizado por alguns órgãos estaduais e federais, que têm por objetivo ampliar as discussões sobre projetos e investimentos de interesse da sociedade. A audiência pública é regulamentada pela resolução CONAMA/009 (03.12.87) e pela deliberação normativa COPAM/012 (13.12.94), sendo o espaço legal para a população atingida por um projeto fazer suas críticas e sugestões ao órgão público de meio ambiente. A empresa interessada na implementação do projeto esclarece dúvidas sobre o projeto e o órgão ambiental colhe as críticas, através de depoimentos gravados e documentos assinados, protocolados durante ou até cinco dias após a audiência. A audiência pública também faz com que a empresa interessada pela obra e a FEAM vão ao local ouvir da população questões não levantadas ou não detalhadas suficientemente. Este mecanismo representa um avanço da legislação ambiental nos últimos anos, mas ainda está longe de ser suficiente para garantir a real participação da população interessada no processo de tomada de decisão sobre os projetos, pois o público não conta com reais oportunidades de obter as informações necessárias e se preparar para a discussão do Relatório de Impacto Ambiental.

A partir disso, as comunidades, que passaram a contar também com o apoio e a orientação da CPT, iniciaram um processo para a formação de uma associação de atingidos para que essa entidade representativa solicitasse a audiência pública. A associação se formou, elegeu sua diretoria e iniciou o preparo para a primeira audiência.

Não houve tempo suficiente até a realização da primeira audiência, para que a população atingida de Pedra do Anta tomasse maior conhecimento das experiências vivenciadas por outras populações de atingidos de diversas

partes do País. Dessa forma, foi necessário que o grupo de assessoria, em um primeiro momento, tivesse participação mais efetiva no que diz respeito à organização da população atingida, ao repasse de informações e orientações, na compreensão e decodificação das políticas de intervenção energética dirigidas à região e ao local em questão e até mesmo na intervenção do diálogo entre empreendedor, comunidade atingida e a Fundação Estadual do Meio Ambiente²¹.

Vivenciar uma situação de risco e perigo pode fazer surgir, como consequência, uma série de experiências nunca antes vivida por pessoas ou grupos, permitindo assim que os sentidos de organização e criatividade se manifestem em atitudes e decisões emergenciais.

Nesta ótica, apresenta-se a situação vivida pelas comunidades estudadas neste trabalho, posto que a possibilidade da construção de uma barragem que, se tiver aprovado seu licenciamento, inundaria grande parte do seu território. Diante dessa situação, as comunidades atingidas apresentam como risco iminente a perda de seus bens materiais, culturais e afetivos. Assim, além de aprender a reagir em situação de risco, também é necessário, não por escolha, conviver com a sensação da perda. Neste caso, o sentimento de perda não se refere a algo ocorrido no passado, mas sim a perdas esperadas e que têm contribuído para que os atingidos convivam com o assombro da expropriação; com a inquietação e incerteza de futuro; a conviver com um medo generalizado. Essas perdas dizem respeito às possibilidades iminentes da inundação da terra de trabalho; a não indenização e, ou, uma indenização injusta, que os impeça de obter uma propriedade de boa qualidade como a que vivem atualmente; à desagregação dos laços sociais e familiares.

²¹ A importância atribuída ao grupo de assessoria neste primeiro momento ocorre ao se comparar com o fato ocorrido no projeto da usina hidrelétrica Emboque, no município de Raul Soares, também em Minas Gerais e com pequena distância do município de Pedra do Anta. Em Emboque, a população atingida não se articulou como foi necessário para garantir seus direitos ao local, o respeito enquanto proprietários e produtores rurais, para garantir justa indenização e todos os outros direitos pertencentes aos atingidos. O grupo de assessoria não teve tempo suficiente para fazer um trabalho junto à comunidade, porque o processo de licenciamento da barragem já estava muito adiantado. A comunidade permaneceu durante todo o tempo muito dividida, relutando entre aceitar o que estava lhes acontecendo e lutar para garantir seus direitos. Foram vencidos pelo cansaço da espera, pelo medo e pela falta de tempo e perderam todos os espaços institucionais que lhes eram possíveis recorrer. A Licença Prévia foi concedida e a obra já se encontra em fase adiantada, restando pouco a fazer. O acesso à informações por parte da população atingida inexistiu. A única informação que conseguiam lhes eram fornecidas pelo grupo de assessoria e pelo padre que os assistia. Ainda é importante citar que embora neste trabalho várias vezes seja citado o papel do grupo de assessoria aos atingidos, extrapola seus limites discutir a interação entre elementos internos e externos dos atores, esta tem sido uma discussão acadêmica no momento.

Existe, ainda, a ansiedade com relação ao rompimento com o espaço que não é apenas territorial e geográfico, mas também o espaço de valores construídos e transmitidos por gerações. Esse rompimento poderá afetar a condição de produtores rurais e o referencial de comunidade, porque muitas atividades e vivências que funcionam como referenciais, apenas fazem sentido dentro daquele espaço de convivência e de relações sociais.

Desde o início do processo, a população atingida de Pedra do Anta ia aos poucos se tornando sensível aos argumentos sobre o riscos das perdas, à medida que iam acompanhando os casos de outras pessoas que passaram pela mesma situação. A assessoria apresentou informações publicadas pela imprensa sobre outros casos, como Itaipu (PR), Sobradinho (BA), Balbina (AM), onde houve fortes impactos sociais e ambientais sobre a população, e fitas de vídeo sobre a situação da população de Itaparica (BA). Esse vídeo mostrava como essas pessoas foram deslocadas de suas terras de forma compulsória e levadas a uma área de reassentamento, sem nenhuma infraestrutura, inclusive para produção agrícola. Atentava-se também para os depoimentos de técnicos da CPT com ampla experiência na questão. Assim,

A idéia de que a barragem poderia ser causadora de desgraças era uma idéia plausível. (...) esses fatos conhecidos constituíam uma espécie de matéria-prima sobre a qual trabalhavam os mediadores (SIGAUD, 1994:22).

O acesso às experiências de outros atingidos e a ciência de que os mesmos problemas estavam sendo vivenciados por eles e, ainda, que a situação poderia se agravar tal qual em outros locais, podem ter sido responsáveis para que, neste momento, a população da Cachoeira da Providência tenha realmente “acordado” para a necessidade de articular a defesa de seu espaço.

6.1. A inserção das comunidades na associação de atingidos

A experiência nova de uma situação de efeitos rápidos levou a população a se articular em um curto espaço de tempo, surgindo, assim, a Associação dos Moradores Atingidos pela Barragem da Cachoeira da Providência. Esta associação civil foi criada com o objetivo de possuir respaldo legal como representante legítima das comunidades atingidas, de forma a ser o

veículo utilizado para solicitações de audiências públicas à FEAM, e como representante legal da população atingida em negociações ou qualquer outra espécie de diálogo necessário com a empresa responsável pela construção da UHE.

Anteriormente a esse processo, a população buscava soluções para seus problemas através de meios informais dentro da própria comunidade, como o diálogo com os vizinhos e parentes e, se a questão envolvesse pessoas ou órgãos não-locais, o mais comum era procurar o apoio de figuras influentes, como prefeitos, vereadores, médicos e fazendeiros, para que intermediassem a negociação.

Uma das categorias eleitas neste trabalho é a **Vida Pública/Vida Privada**. A inserção dos moradores na formação da associação possibilita fazer uma análise da transformação do grupo, fazendo com que cada morador passe a repensar a sua história de vida no local, os problemas a serem superados e a necessidade de buscar soluções que favoreçam todo o grupo, dando aos moradores nova consciência de identidade coletiva local. Antes da formação da associação, a população do local resolvia seus problemas à sua maneira particular, mostrando que o público e o privado estavam separados. Após a ameaça da barragem, o público e o privado se uniram pela formação da associação entre os moradores das comunidades atingidas. Cada morador do local estava preocupado basicamente, com o bom funcionamento de sua propriedade, de forma que tivesse garantidos a produção, o sustento da família, escola para os filhos, estrada em condições de facilitar o escoamento da produção. Entretanto não se pode dizer que não havia, implicitamente, a preocupação com o espaço coletivo. Sempre houve, por parte dos moradores locais, solicitações de serviços básicos, como manutenção das estradas, escolas e posto de saúde. O que não existia era a consciência da necessidade e, ou, da importância da formação de um grupo com normas e lideranças que transformassem os interesses comunitários implícitos em interesses explícitos. Essa consciência surgiu somente quando cada morador se sentiu em situação de risco iminente.

Outro fator também contribuiu para que os moradores se organizassem, deixando de confiar tão seguramente nas autoridades políticas locais. Alguns moradores das comunidades – ainda não existia a associação -

ao serem informados sobre a barragem, em 1995, solicitaram uma reunião com o prefeito para pedir apoio. O prefeito, por sua vez, tranqüilizou-os dizendo que nada seria feito sem que a população a ser atingida estivesse de acordo, tão pouco em seu prejuízo. Ocorreu, porém, que semanas após a reunião com o prefeito, um vereador, que fazia oposição à administração da época, entregou à população cópias de documentos em que o prefeito tinha assinado, um ano antes, dando permissão para que a CFLCL e seus consultores entrassem nas propriedades dos atingidos para fazer medições e entrevistas, ou seja, para realizar os estudos de viabilidade da obra.²² A população sentiu-se traída, conforme depoimentos de moradores, constantes em caderno de campo da pesquisadora:

Agora você vê bem hem! Nós tivemos com o prefeito pra pedir apoio, e ele poderia ter falado com a gente que sabia e que deu autorização pra companhia entrar (...) não esperava isso dele não! (João, morador da comunidade de Entre Rios, 1996).

Desde quando prefeito pode autorizar alguém a entrar na minha terra? Na minha propriedade quem manda sou eu! (Décio, morador da comunidade de Sumidouro, 1996).

A partir desse momento, a confiança que a população local possuía nos políticos locais ficou enfraquecida e é nesse momento também que passa a ocorrer uma mudança no discurso dos atingidos, conforme algumas falas em reuniões. Nas primeiras reuniões realizadas com o grupo de assessoria e em conversas informais com os moradores do local, era comum escutar as seguintes falas:

... nós vamos conversar com o prefeito e ele vai falar pra gente o que está acontecendo (Bento, morador da comunidade de Entre Rios).

... ele (o prefeito) é gente nossa, ele não vai deixar esse pessoal da empresa enganar a gente não (Luis, morador da comunidade do Morro Vermelho).

... ele teve muito voto aqui, só se ele for doido de deixar a gente na mão (Raimundo, morador da comunidade Cachoeira da Providência).

No segundo momento, após terem tido acesso ao documento assinado pelo prefeito, autorizando o trabalho de pesquisa da CFLCL nas propriedades particulares, o discurso dos atingidos sofre mudança:

Agora a gente tem que juntar a força de cada um e lutar junto, ... já pensou! Agora a gente não pode confiar nem no prefeito, ... que coisa! (Geraldo, morador da comunidade da Cachoeira da Providência).

²² Mais à frente, neste trabalho, haverá discussão detalhada sobre a representatividade política do município e sua importância durante o processo ocorrido no caso da UHE – Cachoeira da Providência.

O processo como se deu a inserção das comunidades na associação merece descrição e análise por se tratar de algo novo entre os moradores. No entanto, para entender este processo, torna-se necessário abrir um parêntese para uma clara exposição sobre a presença da pesquisadora no local, quando ainda não era estudante de mestrado.

6.2. Os primeiros contatos com os moradores

A pesquisadora conheceu o município de Pedra do Anta em 1994, quando foi trabalhar em uma propriedade rural, onde a principal atividade agrícola era a suinocultura. O trabalho, que seria temporário, o primeiro emprego depois da graduação, era na função de auxiliar administrativo no escritório de uma microempresa rural. A propriedade localizava-se na comunidade da Cachoeira da Providência, a 8 km da cidade de Pedra do Anta; por isso a pesquisadora passou a residir na propriedade e não na cidade. O trabalho no escritório a colocava sempre em contato com pequenos produtores da região, que procuravam o escritório para vender milho. Eram principalmente os homens que saíam para negociar os produtos agrícolas. Era a única mulher a trabalhar na firma acompanhada de quatorze funcionários, quatro técnicos e um gerente. A princípio, a presença de uma mulher vinda de outra cidade era motivo de curiosidade e de uma certa dose de desconfiança. Demorou um pouco para que os produtores efetivassem a primeira negociação da venda do milho com a funcionária.

Depois de um ano, em 1995, quase já não havia pessoas desconhecidas na região, a auxiliar administrativo deixou de ser a moça desconhecida da cidade para ser “gente de casa” e fazer parte do cotidiano da comunidade. Esse período coincidiu com o momento em que a comunidade recebeu a notícia sobre a construção da barragem. Diante disso, como a pesquisadora trabalhava em local central, com telefone, era “estudada” e era da cidade de Viçosa, passou a ser, para os moradores, a principal fonte de informação²³. Essa “eleição” da pesquisadora como informante ocorreu de

²³ Um detalhe importante é que o gerente da firma em que trabalhava era produtor local, passou a ser a principal liderança da comunidade atingida, vindo a ser mais tarde o presidente da AMABCP.

forma natural, pois eram tantas as procuras por informações que esta se viu em situação de mediadora.

A partir daí ocorreram as primeiras reuniões com o grupo de assessoria e com a CPT. As reuniões eram realizadas em frente a “venda do Toninho”, na beira da estrada, porque era um local central e de fácil acesso, onde, no final da tarde, as pessoas iam para conversar e colocar em dia os assuntos da região. Esse local foi escolhido pela população, pois é de onde se pode ver, bem próximo, o local escolhido para o eixo da barragem.

No início, quando a população apenas ouvia comentários desencontrados sobre a construção da barragem, elas não acreditavam e havia uma expressão muito comum entre eles: *esse negócio não vai sair não, é só papo!* Essa idéia de que a barragem não vai sair nada era enunciada principalmente pelas mulheres. O comentário sempre vinha acompanhado da justificativa de que

eles já estiveram aqui há 12 anos atrás e não fizeram nada, porque eles iriam fazer a barragem agora? (Zilda, moradora da Cachoeira da providência).

Acompanhando as falas, era muito comum o uso do termo *não é possível!* Por exemplo: *eles não farão isso com a gente não, não é possível!* O que se percebia, no caso da Cachoeira da Providência, que implícitos nos depoimentos estavam, ao mesmo tempo, o temor de que fosse verdade e a necessidade de acreditar que fosse uma informação falsa, uma inverdade, mas também pesava a dúvida sobre a veracidade da notícia.

Situação semelhante outros pesquisadores de populações atingidas por barragens puderam registrar em seus estudos. Aurélio Viana, cita informações obtidas por Lygia Sigaud e Martins Costa nos estudos sobre a UHE de Sobradinho.

MARTINS-COSTA (1989) e SIGAUD (1994) chamam a atenção para o fato de que a “crença” na barragem não é uma decorrência mecânica do anúncio da formação de futuros reservatórios (VIANNA, 1996).

MARTINS-COSTA (1989), em abordagem sociológica, cita o caso de Sobradinho e analisa essa questão a partir do desencontro entre a informação técnica dos técnicos e o seu entendimento pela população atingida que vivia à beira do lago. Segundo a autora, os camponeses de um povoado da área de inundação da barragem de Sobradinho foram informados de que suas terras e

casas seriam inundadas, mas não *acreditaram*, permaneceram em suas casas até a subida das águas, o que fez com que perdessem criações e outros bens. O que aconteceu não foi resultado da ignorância dos camponeses, eles sabiam o que os técnicos diziam, mas era uma interpretação camponesa que colocava o conhecimento camponês sobre o rio acima do saber dos técnicos (eles não saberiam até onde pode ir uma cheia). Assim, os técnicos eram tratados como pessoas que agiam de má fé, pois diziam que a barragem alagaria todas as terras, para que eles abandonassem a beira do rio, as melhores terras do São Francisco. Por sua vez os técnicos consideravam que os camponeses eram ignorantes, que não entendiam algo tão óbvio como a formação de um lago gigantesco na caatinga. E, segue a autora, essa descrença dos camponeses determinou a ação - deles - de continuar na beira do rio até as águas subirem, resultando na dramática cena de rebanhos afogados, casas inundadas com as pessoas literalmente correndo das águas.

Martins-Costa relata que não se tratava de pedagogia equivocada da parte dos técnicos, mas de uma leitura, de uma interpretação dos camponeses do que era dito pelos técnicos. Isto é, não seria a problemática da informação e do modo como os técnicos informavam, mas da crença - ou descrença - no que era dito, pois os camponeses questionavam a ciência dos técnicos, que apresentavam slides com imagens de outras barragens e de projetos de irrigação em reassentamentos em outras barragens. Ao projetarem um slide de frutas (melancias) produzidos em área de irrigação, um camponês comentou que não existem melancias daquele tamanho. O que os técnicos entendiam como mais um exemplo da ignorância dos camponeses era, na verdade, a mostra da desconfiança; eles não acreditavam em nada do que era dito; acreditavam mais no saber camponês sobre o rio (Martins-Costa, 1989, citado por VIANNA, 1996).

Esta tendência de os técnicos da empresa interessada na obra julgar o produtor rural atingido como incapacitado também ocorreu em Cachoeira da Providência. Nos estudos de impacto ambiental, existem várias passagens em que a população atingida é tida como “atrasada de raciocínio” para entender o que está se passando, quando, na verdade, a ignorância por parte dos atingidos ocorre simplesmente por falta de informações completas sobre o andamento do processo.

A frase a seguir, retirada dos Estudos de Impacto Ambiental comprovam isto:

(...) existe uma alta expectativa por parte dos entrevistados de que a construção da usina proporcione prejuízos particulares(...) associando esses prejuízos à perda de terras e produção agrícola. Tendo-se em vista que os entrevistados constituem um grupo predominantemente de produtores com baixa instrução, estes não conseguem visualizar as ações benéficas futuras (4/285).

Percebe-se que o relator pensa que o grau de instrução está relacionado à percepção de perdas, o que não corresponde à realidade. A noção de perdas e prejuízos tão temidos pela população atingida está relacionada ao acompanhamento de situações vivenciadas por outras populações atingidas e também pela sua própria experiência de vida.

Na segunda audiência pública, uma das técnicas responsáveis pelos estudos de viabilidade disse que a população não era capaz, por exemplo, de saber o que significa vazão do rio, justificando, assim, que eles não precisavam saber qual seria a alteração na vazão em diferentes períodos do ano. Isto mostra o despreparo de técnicos que, muitas vezes, fazem o Relatórios de Impacto Ambiental. A posição assumida pela referida técnica foi criticada por um dos assessores dos atingidos, que, entre outras questões, chamou a atenção para o fato de que a população pode até não entender o significado da palavra vazão, mas certamente, dita de outra forma, na sua linguagem usual, como “baixa” e “cheia” do rio, ela entenderia , considerando, portanto, que todas as informações são importantes.

6.3. “Do ouvir falar para o acreditar”

A população atingida de Pedra do Anta começou a perceber a seriedade da situação a partir do momento em que as reuniões com a assessoria e com a CPT iam acontecendo e os homens levavam o assunto para ser discutido em casa, com as mulheres e filhos, ou comentavam seriamente nas vendas, nas escolas, na cidade e na imprensa. Outro motivo importante que aumentou a preocupação e a consciência da situação de risco foi a decepção com a posição tomada pelo prefeito (já relatada). Em vista desses fatos, o grupo de assessoria, que a princípio representava para a população, “pessoas vindas de fora”, passou, após algum tempo, a ser

apontado pelos atingidos como pessoas de confiança. Pode-se analisar que à confiança depositada na “ajuda vinda de fora”, naquele momento, foi reforçada pela necessidade de apoio e de não mais confiarem no representante municipal

Na usina de Machadinho (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), a intervenção do padre das comunidades atingidas teve grande peso para que a comunidade passasse “do ouvir falar” da construção da barragem para o “acreditar” nesta ação (VIANNA, 1996). No caso de Pedra do Anta, os interventores iniciais foram o grupo de assessoria, através das informações, e o prefeito com sua forma autoritária de resolver problemas.

A falta de informações detalhadas é uma constante em casos de construção de barragens. Os empreendedores, a princípio, evitam falar com as comunidades atingidas sobre detalhes da obra, valor de indenização, datas para início e finalização de uma obra desse porte, mas a despreocupação com a população se inicia muito antes quando o empreendedor se nega a procurar os moradores para informá-los de seu objetivo em relação ao local. No caso de Pedra do Anta, essa informação foi omitida também pela autoridade que teria, por obrigação, como representante do povo, fazê-lo. Isso vem justificar o que é exposto por ROTHMAN (1996b:7):

Notícias de planos para a construção de uma barragem não são acompanhadas de informações chaves ou detalhadas sobre o cronograma ou sobre os impactos sociais e ambientais.

Scuder, citado por SIGAUD (1988), ressalta que a literatura que trata dos efeitos sociais de hidrelétricas indica que os primeiros impactos já começam a afetar a sociedade local com o próprio anúncio da obra.

Somente após receber informações sobre o empreendimento e seus efeitos na população e no local, por parte dos assessores, da Pastoral da Terra e da imprensa, é que os atingidos foram procurados por representantes dos empreendedores no intuito de fazer com que acreditassem que a construção da obra seria um grande benefício para as comunidades e a região. Para isso, usaram de artifícios, como discursos sobre a idoneidade do empreendedor; intenso uso de publicidade mostram que a construção de novas hidrelétricas interessava principalmente ao Governo Federal; e promessas insustentáveis de indenização e emprego. Além disso, no caso de Pedra do Anta, a empresa e

sua equipe de técnicos têm feito tentativas, ao longo do tempo, de desmoralizar o trabalho da equipe de assessoria e de lideranças da igreja . O objetivo principal, implícito na forma arbitrária de agir, é o de fazer surgir na população o esmorecimento e o sentimento de impotência diante de uma obra de interesse do Governo, pertencente a uma empresa privada. A CRAB classifica essa ação como a “estratégia do fato consumado”, conforme esclarece BERMANN (1990:1)

Uma análise da forma de relacionamento que o setor elétrico estabeleceu com as populações atingidas, ao longo do período de cada empreendimento, permite afirmar que a estratégia do “fato consumado” esteve presente em, praticamente, todos os empreendimentos de grande porte conduzidos pelas empresas estatais.

A estratégia do fato consumado, apontada pelo movimento dos atingidos, ocorre da seguinte forma: a empresa responsável pela construção de uma hidrelétrica, seja ela estatal, ou consórcio privado, ou mesmo uma só empresa privada, toma as decisões, não fornecendo informações à população do local, como se isso não fosse necessário. Usam de artifícios que levam as comunidades atingidas a acreditarem que a empresa tem poder de decisão e que não há como lutar contra isso, ou até mesmo para que a população a ser atingida se sinta desestimulada a exigir justa indenização e informações sobre a obra e sobre seu objetivo e andamento. Dessa forma, é comum perceber que muitos atingidos passam a ver a implantação da obra e todos os seus impactos e efeitos sobre o meio ambiente e sobre suas vidas como “coisas do destino” e “vontade de Deus”.

6.4. A participação das mulheres

A participação feminina neste processo é merecedora de uma discussão mais ampla. É possível estabelecer alguns pontos para discussão relacionados ao tipo de participação das mulheres das comunidades atingidas em Pedra do Anta no processo de discussão da barragem. Elas não freqüentavam as reuniões desde o início. Começaram a participar das reuniões pouco antes da primeira audiência pública. Isso pode ter ocorrido porque as reuniões eram realizadas na venda, e este não é um lugar adequado às mulheres, segundo suas informações; é tido como o espaço dos homens após

o trabalho e nos fins de semana e é , segundo elas, “lugar de bêbado”. A elas cabe fazer “chá de boldo” para curar a ressaca dos maridos, filhos e irmãos quando estes “passam da conta”. Aqui a categoria *espaço* surge em uma linha divisória. O espaço dos homens, que é a venda e o espaço feminino que é a casa e a horta onde é colhido o boldo²⁴.

Esta divisão simbólica do espaço da mulher e do homem, também está presente no trabalho de WOORTMANN (1997) realizado com sítiantes em Sergipe, mostrando qual o espaço da casa, da lavoura e do quintal cabe a cada um deles.

Pode-se perceber que a maioria das mulheres, das comunidades atingidas em Pedra do Anta, atribui aos homens o poder de decisão sobre o assunto da barragem, o que não implica dizer que elas não opinem sobre o assunto, quando estão reunidos em família. Em algumas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo em que o casal estava presente, algumas mulheres não respondiam à pergunta ou olhavam para os maridos antes de dizerem alguma coisa ou ainda usavam a expressão: *fulano (o marido) é quem sabe isso, eu não sei*. Uma entrevistada, que estava perto do marido, a cada frase dizia: *não é fulano?* se referindo ao marido. Houveram, ainda, algumas respostas como a apresentada a seguir, quando as mulheres eram indagadas do motivo de seu não-comparecimento às reuniões:

Isso é coisa de homem(do marido), o que eles decidirem está bem. Mesmo porque esse negócio de barragem não vai dar em nada não... (Joana - moradora da comunidade da Cachoeira da Providência, 1995).

Os maridos que iam às reuniões sem as esposas tiveram a oportunidade de assistir às fitas de vídeo mostrando outros atingidos de regiões distantes e, nestas fitas, perceberam a presença de mulheres participando ativamente das reuniões e dos protestos²⁵. Baseado em

²⁴ No caso da Comunidade de Casa Nova em Guaraciaba, onde vive parte da população atingida pela UHE Pilar, o espaço da venda ²⁴também é utilizado pela mulher em alguns momentos. Na “venda do Renato”, se realizam bingos e bazares. A associação promovia esses eventos com a finalidade de arrecadar recursos para cobrir os custos de viagens das lideranças que participam de reuniões em outras cidades; para a confecção de faixas e camiseta usadas nas passeatas; caminhadas e audiências públicas.

²⁵ A pesquisadora percebeu, ao comparar entrevistas que foram feitas em Guaraciaba e até mesmo através do processo de assessoria e acompanhamento em audiências públicas, que as mulheres da zona rural da região atingida pela barragem de Pilar tiveram maior facilidade para efetivar sua participação no movimento. Talvez isso se devesse ao fato de uma das principais lideranças ser exercida por uma mulher que era também a coordenadora do grupo de jovens católicos no local.

depoimento de algumas mulheres, que ao chegar em casa os maridos falavam das fitas de vídeo e da participação ativa das mulheres nas reuniões, isso de alguma forma pode ter estimulado comentários entre as mulheres do local, motivando-as a também participarem do movimento:

Quando o Marcio chegava em casa, depois da reunião, os meninos e eu perguntava prá ele o que tinha sido falado lá na reunião, às vezes, ele mesmo já chegava contando...dizendo que a gente perdeu o filme que o moço da igreja tinha passado da parede na venda, mostrando atingido de outro lugar (Ana, moradora do Morro Vermelho).

Além desta hipótese, é importante ressaltar o técnico da CPT mandava recados pelos maridos, cobrando a participação delas, deixando clara a importância de sua participação na audiência pública. Os atingidos viam o técnico da CPT como um representante da igreja; para eles o técnico era “quase um padre”; isso pode ter exercido uma forte influência sobre a decisão das mulheres. O que se sabe, com certeza, é que elas começaram a participar, das reuniões, inclusive da audiência pública, o que acabou por representar um momento muito importante para elas.

Nas entrevistas, pôde-se perceber que, apesar de as mulheres não freqüentarem, inicialmente, as reuniões, a participação delas existia de outras formas. Durante o trabalho de pesquisa o que se pôde observar é que elas conversavam muito sobre o assunto da barragem e de outros assuntos que surgiam na região, principalmente, quando estavam longe dos homens, no momento em que se encontravam na estrada e conversavam; quando estavam lavando roupa no rio; quando se encontravam na missa dos domingos e nas visitas a parentes.

Em sua exposição na Consulta Regional da Comissão Mundial de Barragens, realizada em agosto de 1999, em São Paulo, Célio Bermann,²⁶ ao abordar questões relativas ao gerenciamento do reassentamento feito por uma das comunidades atingidas na barragem de Itá, no sul do País, ressaltou uma das formas de participação das mulheres nos locais atingidos. Uma das comunidades atingidas pela barragem de Itá conseguiu o direito, após um longo processo de negociação com a ELETROSSUL, de gerenciar seu

²⁶ Professor do Programa Interunidades de Pós-Graduação e Energia (PIPGE). Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE). Universidade de São Paulo (USP).

reassentamento²⁷, mas a região destinada a eles ficava muito distante do lugar de origem. Sendo assim, os homens precisaram se deslocar para a região do assentamento para trabalhar no gerenciamento e na construção do novo local, implementando as transformações necessárias, como a construção de galpões, casas e preparo da terra para viabilizar a transferência da população. Portanto, neste período as mulheres ficaram sozinhas e assumiram, por opção, em grupo, num trabalho de solidariedade, todas as responsabilidades que eram, anteriormente, divididas com os homens, abrangendo desde a produção agrícola até a segurança dos filhos, além de todas as outras atividades anteriormente realizadas por elas.

6.5. O termo “atingido” como englobador humano e espacial

O termo “atingido” começou a ser utilizado nas discussões sobre energia hidrelétrica, com o surgimento da Comissão Regional de Atingidos por Barragens da Região Sul. Era utilizado pela ELETROSUL e pela CRAB, mas com sentidos diferentes. Para a ELETROSUL, atingido é o termo dado à população que teria suas terras inundadas. No entanto, a CRAB, citada por FAILLACE (1990:29) procura ampliar as referências em relação a esse termo não somente pela água, mas também pelo canteiro de obra, pelo acampamento, pela linha de transmissão. ELETROSUL e CRAB travavam uma luta política, mas também um confronto em torno do significado a ser dado ao termo “atingido”. Segundo FAILLACE (1990:232), enquanto o enfrentamento político entre as duas partes girava em torno das condições econômicas, o significado dado pelos camponeses ao termo apontava para dimensões de sua organização social não-contempladas, por exemplo, no acordo. Assim, sentiam-se “atingidos” não só aqueles que teriam suas terras inundadas, mas também aqueles que teriam o seu patrimônio religioso alterado, os que sofreriam a separação de vizinhos, parentes e amigos, além da perda da escola, da ausência de luz, água e ainda, os que temiam pela possível mudança no clima após o represamento do lago. A partir disso, esse termo

²⁷ Sobre isso ver BERMANN (1990), versão em português do trabalho "Self-managed resettlement - case study of the Itá dam in Brazil", apresentado na Conferência Internacional "Hydropower into the next century, potential, opportunities, challenges", realizada em Bercelesona em junho de 1995.

passou a estar sempre presente nas regiões do País afetadas por esse tipo de obra e também em trabalhos de pesquisadores.

Em Pedra do Anta, como também no município de Guaraciaba, a população pertencente ao local do projeto não encontrou dificuldade em adotar o termo, principalmente os proprietários de terra. O processo dos meeiros para se apoderar do termo foi mais lento, pois, a princípio, não se sentiam à vontade para exigir justa indenização. E esse desconforto não era por se considerarem não-merecedores de um tratamento semelhante ao exigido pelos proprietários de terras, mas sim por medo, por timidez, pela dúvida em relação a sua condição nesse processo. O depoimento do Sr. José, nascido na região, meeiro há mais de 20 anos, e também filho de meeiro, deixa transparecer essa insegurança:

Eu já trabalho há muitos anos como meeiro, infelizmente nunca consegui comprar um pedaço de terra pra deixar pra minhas filhas. Mas eu gosto muito daqui, gosto de trabalhar na terra, não sei fazer outra coisa não. Eles (a diretoria da associação) dizem que eu tenho direito a pedir indenização se eles (a CFLCL) inundarem a terra que eu moro e que eu trabalho, eu não entendo como isso pode ser não, porque essa companhia (a CFLCL) e o governo.... ah! esse povo não dá nada de graça não! Se eles não querem nem pagar quem tem terra, será que vão querer dar alguma coisinha pra gente que não tem? Mas eu até acho que tenho direito, porque se eu tiver que sair daqui não sei como fazer, já estou velho, será que alguém mais vai querer me dar trabalho? Eu acho que os meeiros, não só eu, os outros também, têm direito, mas eu não sei brigar com esse pessoal da empresa não (José, meeiro em Pedra do Anta, na comunidade da Cachoeira da Providência).

Após reuniões e discussões, a comunidade estabeleceu que “atingidos” são todas as pessoas que, de algum modo se “utilizam” da região, seja passando pela estrada, seja indo à escola, seja trabalhando ou morando. Conseqüentemente, possuem direito à indenização os proprietários, os meeiros e os parceiros. A população também concluiu que outros elementos pertencentes ao local, como as escolas, igrejas e postos de saúde são estruturas atingidas e que, por isso, devem ser relocadas ou que a população venha a receber algum tipo de indenização por suas perdas.

Ao eleger, à sua maneira, as pessoas e a área a serem atingidas, a população preparou-se para apresentar àqueles que não pertencem ao seu lugar qual a visão que possuem de coletividade. A partir do momento em que eles se organizaram, tomaram decisões em grupo e elegeram como atingidos não somente os proprietários de terra, mas também os meeiros, as igrejas, as escolas e a própria paisagem local, puderam explicitar o respeito e o

sentimento de solidariedade existente entre os habitantes, o respeito a estes bens coletivos, deixando bem clara a sua visão de identidade coletiva. Ao se eleger atingida, a população também deixou clara a sua capacidade e interesse em participar do processo de discussão de um empreendimento que envolve tudo o que lhe é vital: seu espaço, sua terra, seu trabalho, sua família, enfim sua história. Mais uma vez as categorias eleitas neste estudo se cruzam, emergindo como explicações para as representações da população atingida sobre espaço, tempo, vida pública e privada.

Colocar-se na posição de atingido e assumir essa condição pode levar o indivíduo a maior envolvimento, maior conscientização dos benefícios e malefícios que poderiam ser gerados e, conseqüentemente, a maior participação e busca por seus direitos.

Para GRZYBOWSKI (1987), quando o trabalhador rural inicia participação ativa nos processos que envolvem a conquista e a defesa de seus direitos, por seu espaço e por sua condição de produtor e trabalhador rural, este passa do estado de sujeito passivo deste processo para sujeito ativo, e assume as coordenadas das questões referentes à sua luta.

No caso dos atingidos por barragens, essa luta tornou-se um movimento com interesses coletivos. Cada movimento regional de atingidos por barragens possui peculiaridades do grupo, que o diferencia de outros movimentos em outras regiões atingidas. Isso coincide com o que expõe Melucci, citado por ROTHMAN (1996a:108). Ele diz que o fenômeno coletivo é um processo que permite que os atores produzam significados, comuniquem-se, negociem e tomem decisões coletivas.

Sobre a participação dos trabalhadores rurais em movimentos sociais, GRZYBOWSKI (1987:54-55) relata que:

Através dos movimentos, os trabalhadores rurais se constituem em sujeitos com identidades próprias, afirmam e acentuam sua diversidade, e que nos movimentos os sujeitos são moldados pelas lutas, de forma que o resgate dos direitos pelos trabalhadores em suas lutas molda sua identidade coletiva.

No âmbito global, pode-se considerar a importância de toda a sociedade se sentir atingida quando surgem empreendimentos de qualquer espécie, principalmente se estes vêm interferir no meio ambiente, na paisagem, no clima, na vida das pessoas. Porém, no caso da construção de hidrelétricas, o que ocorre é o contrário. No Brasil, a sociedade não partilha da mesma

opinião que os atingidos, porque a construção de usinas hidrelétricas sempre esteve associada a desenvolvimento do País, noção esta que sempre fez parte do discurso dos governos federais, desde o período militar. Mas este quadro vem mudando gradativamente, desde que a sociedade passou a se interessar mais pelas questões ambientais, e estas questões passaram, inclusive, a estar presentes em debates na TV, nos jornais e nas revistas. Outro fator que tem tornado a luta dos atingidos por barragens mais respeitada é a formação do Movimento Nacional dos Atingidos. Atualmente, este movimento já é mundial.

A maior parte das barragens construídas no Brasil têm sido em regiões rurais, que ficam próximas ou até pertencem a pequenos municípios. Neste caso, a preocupação das pessoas que não são consideradas atingidas diretamente, ou seja, aquelas pessoas que moram na cidade ou em áreas que não serão inundadas, é diferente da preocupação das pessoas atingidas diretamente pela barragem. Existe um jogo de interesses maior do que a preocupação com o meio ambiente ou com a vida das pessoas que serão prejudicadas, e, em cada região, este jogo de interesses apresenta-se de uma forma. Em Pedra do Anta isso pôde ser observado com os moradores da cidade em relação aos atingidos do meio rural.

6.6. Os moradores da cidade e os atingidos da zona rural atingida

A situação vivenciada pelos moradores do município de Pedra do Anta é um exemplo da diferença de envolvimento de personagens que vivem muito próximos geograficamente, mas que possuem interesses diferentes. A visão de espaço e do que é público e privado também se diferenciam nestas situações. Para os moradores da cidade, o espaço destinado à construção da barragem irá se transformar em um espaço mais bonito, mais viável economicamente e trará benefícios a todos os habitantes da região, inclusive para os atingidos, conforme o depoimento de um morador da cidade:

eles vão ter a oportunidade de largar a vida custosa da roça e vir pra cidade, ter uma vida melhor.

Percebeu-se também que os habitantes da cidade vêm a terras atingidas como terra particular, mas que acima dos donos das terras está o

governo com um “poder superior” para desapropriar e tomar a decisão que seja melhor para a maioria das pessoas.

Esses moradores podem ser considerados atingidos dentro do critério adotado pela associação de que atingidos seriam todas as pessoas do local a ser inundado e também da região de entorno. Para a população atingida, a cidade também poderia vir a sofrer os efeitos negativos com a construção da barragem. No entanto, a população da cidade, bem como também as mais próximas, como Teixeira, Jequeri, Canaã, não se considera atingida, pelo contrário considera-se beneficiada. Esses moradores da cidade de Pedra do Anta, desde o início do processo, não conseguiam entender por que os moradores da região atingida não aceitavam com euforia a construção de uma barragem no local.

Durante um ano, a pesquisadora morou em Pedra do Anta, onde foi professora do 2.º grau em uma escola do Estado. Esse período e a atividade exercida permitiram que fossem observados consistentemente tanto a população jovem, no caso os estudantes, quanto os professores e outros moradores em relação à construção da barragem. Durante as conversas, era possível perceber que o conhecimento que tinham sobre usinas hidrelétricas era aquele veiculado pela imprensa através de propagandas do Governo, em que construção de barragens estava ligada à demanda por energia e ao desenvolvimento do País. Não havia questionamentos sobre as questões ambientais e sociais envolvidas no processo. Ignoravam que grande número de pessoas é retirado do local em que esses projetos são implantados. Da mesma forma, ignoravam os danos ambientais já ocorridos ao longo da história da construção de usinas hidrelétricas. Era como se essas situações fossem separadas. A pesquisadora procurou então ver o conteúdo da disciplina de geografia oferecida na escola de ensino fundamental e percebeu que, nos livros didáticos, a referência a essas questões eram superficiais e os temas sobre geração de energia elétrica sempre estavam associados ao desenvolvimento. Além disso, as discussões em sala de aula sobre o projeto da barragem destinado a um local que ficava a menos de 11 km da escola não ocorriam. Apesar de a maioria da população que vive na cidade possuir um

vínculo com a zona rural, pois possuem parentes “na roça”²⁸, a visão de quem mora na cidade mostrou ser muito diferente da visão daqueles que sentem a situação de perto. Durante a pesquisa, em muitos depoimentos, os atingidos entrevistados mostraram-se insatisfeitos com a posição tomada pelas pessoas da cidade em relação à barragem e a eles próprios enquanto atingidos. Muitos disseram se sentir acuados em suas idas à cidade para fazer compras ou ao médico, conforme mostra o depoimento de D. Lurdes, moradora da comunidade do Sumidouro:

Fico chateada quando vou a cidade e alguém me para na rua pra perguntar da barragem, fico magoada, porque é só um ou outro, que está preocupado com o nosso problema, a maioria quer mesmo é fazer graça, chacota. Falam assim: – e ai Fulano, a água está chegando na sua casa e você ainda está lá? Vai afogar hem! E depois começam a rir.

Pedra do Anta é uma cidade com população urbana de aproximadamente 1955 pessoas, que vivem do comércio e de empregos na prefeitura, no centro médico e na escola estadual. Não são muitos os postos de trabalho e o emprego é escasso. Desta forma, a promessa de trabalho, utilizada no discurso do empreendedor gerou esperanças para grande parte da população, principalmente a mais jovem, que não se sente motivada ou que não possui condições financeiras para continuar a estudar após o 2.º grau. Continuar a estudar significa, para muitos deles, investir em um cursinho pré-vestibular, em Viçosa ou Ponte Nova, que é de alto custo. Muitos estudantes não chegam a completar o 2º grau e migram para centros maiores em busca de emprego. A empresa, responsável pela obra, anunciou que a construção da barragem geraria emprego para os moradores da região, incrementaria o comércio local devido à chegada de grande quantidade dos chamados “barrageiros”²⁹ e traria desenvolvimento para a região. Desta forma, a população da cidade passou a ver nesse discurso a saída para o problema do desemprego na cidade e ainda a desejar ver no município o tal desenvolvimento prometido no discurso. A partir disso, os moradores da cidade passaram a justificar e desejar a construção da barragem sem impor condições

²⁸ Roça é um termo nativo, utilizado em toda a região de Minas Gerais, para definir que o que não é da cidade. Quem não mora na cidade, mora na roça. O mesmo termo é usado para identificar o trabalho na lavoura, trabalho na roça.

²⁹ Barrageiro é o termo utilizado para identificar aquele trabalhador que é mão-de-obra especializada na construção de barragens e viaja o país, fazendo esse trabalho.

e, dentro de sua lógica, a se sentirem no direito de pressionar a comunidade da região rural atingida a aceitar seu destino de expropriados em “prol do bem comum”. Mas a lógica utilizada pelos moradores da cidade não lhes permite perceber algo errado neste processo.

No geral, no Brasil, o discurso das empresas financiadoras de barragens hidrelétricas tem sido o do desenvolvimento regional, com promessas de investimentos locais em turismo, incremento do comércio e oferta de emprego.

ROTHMAN (1993), em seu estudo sobre atingidos por barragens do Rio Uruguai, no sul do Brasil, relata que foi em Anita Garibaldi, cidade pequena, possuindo 86% das propriedades rurais com menos de 50 hectares e próxima à região atingida, que os técnicos da ELETROBRAS primeiro se instalaram. Isso despertou grande interesse e curiosidade na população, pois os técnicos, com bons salários, injetaram significativa quantia de dinheiro na cidade, incrementando o comércio, o pequeno hotel, embora fosse apenas durante o tempo de construção da barragem.

No caso de Pedra do Anta, em uma das versões do Estudo de Impacto Ambiental, a empresa oferece uma média de trezentas vagas, fato que chamou a atenção dos moradores em busca de trabalho. Mas, deste montante, grande parte é destinada a técnicos especializados, no caso os barrageiros, e uma parte menor aos engenheiros. Ambos, barrageiros e engenheiros, constituem mão-de-obra não pertencente ao município. O restante da mão-de-obra, uma parte pequena, pode ser preenchida por pessoas da região. Mas isso não representa trabalho fixo e sim um trabalho que corresponderá ao período de construção da obra. Outro fato não questionado pelos moradores da cidade é o de que a chegada de pessoas estranhas à região certamente resulta em transtornos e necessidade de adaptação. Sendo a cidade pequena e apresentando deficiências de infra-estrutura, esta adaptação pode ser problemática. Outra questão, e esta foi colocada por vários moradores da região atingida, é a perda da liberdade de ir e vir, conforme depoimento de D. Madalena:

Aqui na roça a gente tem muito sossego. Você vê, as meninas vão pra escola lá no Anta à noite e voltam pra casa depois de 10 horas. O ônibus não vem até aqui na porta, deixa elas lá na encruzilhada e elas vêm a pé sozinhas mais de três quilômetros, tem gente que anda até mais até chegar em casa. Mas a gente não preocupa. Eu boto minha cabeça no travesseiro e não me preocupo

com elas porque sei que aqui , ninguém mexe com ninguém, todo mundo respeita as filhas da gente. Mas e se chegar esse bando de homem estranho aqui na região pra trabalhar pertinho da gente...a gente vai ter sossego de deixar as filhas da gente andando sozinha por aí? Não vai! (D. Madalena, moradora da comunidade do Moinho Velho em Pedra do Anta).

Um depoimento muito semelhante a este foi dado por uma camponesa idosa, da região atingida do sul do Brasil (ROTHMAN, 1993). Isto permite perceber que, embora em regiões diferentes, o sentimento de identidade com o local é o mesmo.

Eu nunca quis sair daqui. Tenho uma boa casa, água corrente, muito espaço e claridade para ver as árvores, sentar em suas sombras,...isto aqui é o céu...não existe lugar melhor. Aqui é um lugar saudável, calmo, sem problemas de roubo. Você pode deitar a cabeça na cama e dormir sem se preocupar. Na cidade, não tem emprego, lá tem seqüestro, roubo, estupro, ...assassinado...somente brutalidade.

Esta última preocupação surgiu não apenas entre os moradores atingidos, mas também nas zonas rurais circunvizinhas. Mas, de acordo com a visão desses moradores, esse não seria um fator importante para afetar a viabilidade da obra e sim a prioridade de geração de emprego é que deve ser levada em consideração.

6.7. Interação de conhecimentos entre assessoria e atingidos - preparação para a audiência pública

A preparação para a audiência pública ocorreu em forma de reuniões do grupo informal de assessoria, formado por professores da Universidade Federal de Viçosa, pesquisadores e estudantes e do agente da CPT - que exerceu papel principal na interpretação das informações do Relatório de Impacto Ambiental - com a comunidade no mesmo local das reuniões anteriores, ou seja, em frente à “venda do Toninho”. O objetivo era permitir a participação e a presença do maior número de atingidos. É sabido que a população rural desconhece grande parte dos termos técnicos utilizados pelos profissionais das diversas áreas acadêmicas. Assim sendo, a leitura do Estudos de Impacto Ambiental para ela constitui uma atividade penosa, não somente pelo tamanho do documento, mas principalmente devido à terminologia utilizada. Diante disso, o trabalho da assessoria, nesse momento, passou a ser o de tradutor de dados técnicos utilizados nos estudos, que

representavam informações sobre o ambiente físico e antrópico da região. A partir da valorização do conhecimento de ambas as partes - atingidos e assessores, ocorre o processo de interação inicial para a preparação da primeira audiência pública. O trabalho de leitura do estudo foi realizado, em sua grande parte, em conjunto, ou seja, a assessoria fazia a leitura e a tradução de pontos principais e a comunidade confirmava ou não a veracidade da informação. Por exemplo, no EIA/RIMA constava a listagem de poucas espécies de árvores na região, mas foi relatado pelos atingidos a existência de muitas outras espécies; constava também a existência de apenas uma espécie de ave na região, o que também era um erro. Vários outros dados foram analisados com relação ao meio biótico e antrópico, mas são questões que fogem do enfoque deste trabalho.

Cumpre, ainda, citar duas informações, que podem ser consideradas erros primários e que provocaram uma reação de grande insatisfação na população rural atingida. A primeira diz respeito ao documento de estudo que relata que a região é pobre, que a produção agrícola é pequena³⁰, deixando claro uma visão apenas econômica por parte do relatório. Tratando-se de uma região de agricultura familiar, onde a família constitui a unidade social de trabalho e exploração da terra; a produção agrícola da zona rural de Pedra do Anta cumpre seu papel. Sendo assim, as perdas sofridas pelos atingidos seriam tanto materiais quanto simbólicas. Neste local, a produção é utilizada para o consumo da família e da criação, e a venda de excedentes gera renda monetária que permite a compra de outros bens de consumo que não são produzidos na propriedade. Com relação à produção de milho - citada no relatório como muito pequena - representa a maior fonte da produção e do comércio da população da região atingida. A pesquisadora teve a oportunidade de computar a compra de grande parte deste milho, produzido na região, por uma suinocultura do município.³¹ Diante disso, é possível questionar a transparência do estudo realizado pela consultora responsável, no tocante à

³⁰ Em alguns estudos de viabilidade realizados para a construção de hidrelétricas, é possível encontrar essa abordagem classificando a região como pobre e com possuidora de poucos recursos naturais. Um dos objetivos para que isso ocorra é conseguir facilidades na obtenção da LI e efetuar baixa indenização à população atingida.

³¹ Alguns produtores vendem para outros compradores das cidades vizinhas e, ou, estocam o milho e aguardam que o preço melhore para efetuar a venda.

afirmação de que se trata de uma região pobre e que a saída da população não representaria perdas na produção agrícola regional. Se realmente se tratasse de uma região tão pobre como apontam os estudos, a maioria da população atingida estaria feliz com a construção da barragem e alimentando esperanças de sair do local em que vivem. Foram pouquíssimos os casos em que, durante a audiência pública, as pessoas manifestaram o desejo de vender sua propriedade e sair da região. Em um dos casos, tratou-se de um casal idoso cujos filhos residem fora do município, e no outro, uma proprietária viúva que possui dois filhos jovens, que não pretendem continuar a viver na zona rural e querem se mudar para Pedra do Anta.

A segunda informação errônea presente nos estudos, e que causou reação da população local, diz respeito ao tamanho das propriedades a serem atingidas e a quem pertenciam. No primeiro estudo, vários proprietários que teriam suas terras inundadas não tiveram seus nomes na listagem que seria entregue a FEAM. Em vários casos, as propriedades e o tamanho delas estavam em desacordo com a escritura. Na listagem do primeiro estudo, apenas 85 proprietários eram atingidos. Um levantamento posterior, feito pela comunidade, resultou em uma listagem de 100 propriedades a serem atingidas, seja por inundações, seja por fechamento de estradas, sem contar os meeiros e colonos.

O processo de discussão do RIMA representou, para os atingidos, a oportunidade de estar abordando questões referentes ao ambiente e à história de vida, permitindo, assim, a transmissão de conhecimentos que os moradores possuem do seu local de vida, de trabalho e de lazer. Se não se atentasse para essas e outras informações, contidas no primeiro estudo da empresa, é possível que a população atingida tivesse um prejuízo muito maior do que o previsto, caso fosse dada a concessão da Licença Prévia ao empreendedor. Pode-se afirmar que a interação entre a população e a assessoria, o resultado deste trabalho conjunto e os apontamentos das deficiências no estudo da empresa interessada na barragem de alguma forma serviram para que a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), a partir de documentos e através da audiência pública, solicitasse novas informações complementares e até indeferisse o projeto UHE Cachoeira da Providência.

6.8. A primeira audiência pública: o “mito” da gravata

A primeira audiência³² foi solicitada pela associação de atingidos da Cachoeira da Providência e ocorreu no dia 15 de maio de 1996, na igreja católica do município. A igreja foi escolhida por ser um lugar central, de acesso a todas as pessoas. Para a população atingida, que ainda não havia vivido a experiência de uma audiência em que pudesse participar ativamente, todos os acontecimentos e movimentações no local despertavam interesse. Um dos momentos que mais chamou a atenção da população foi a chegada dos membros da diretoria da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina e dos técnicos da empresa responsável pelos estudos no local atingido. Este foi o primeiro e único encontro dos atingidos com a diretoria da empresa responsável pela barragem.

Durante todo o período da audiência, ficou claro, pelo comportamento dos membros da empresa, o seu interesse em manter a distância dos atingidos. Isso pôde ser percebido desde o momento em que chegaram ao local, pois eles comportavam-se com notável indiferença à população. A população reagiu a essa indiferença com uma manifestação de insegurança e medo. Ficaram receosos em debater com “essas pessoas tão bem vestidas e poderosas”, afinal eles se consideravam pessoas simples e diziam “não saber falar bonito como os membros da assessoria”, conforme a frase de uma atingida:

como é que a gente vai convencer esse povo a deixar a gente em paz no nosso canto? eles vão acabar convencendo a todos nós das idéias deles. Zilda (moradora da Cachoeira da Providência, meeira e atingida indireta).

O temor por parte da população era o de que, se não conseguissem debater à altura dos responsáveis pela obra, isso pudesse prejudicá-los no momento das negociações das terras. Alguns chegaram a se recusar a dar depoimentos durante a audiência por medo de “ficar marcado”. O medo, a insegurança e a ansiedade por parte da população atingida era visível naquele momento. A expressão usada para se referir aos membros da diretoria da CFLCL era: “os homens”, ou “os homens da companhia”.

³² Muitos entrevistados não usam o termo audiência pública, eles preferem dizer “a reunião da igreja”.

A primeira fala foi do empreendedor, que tentou esclarecer sobre a obra e sobre o EIA/RIMA. A segunda fala foi da equipe de assessoria, que apontou as falhas que, no seu entendimento, haveria nos estudos. Foram, certamente, os apontamentos técnicos os grandes responsáveis pela decisão da FEAM de não conceder a Licença Prévia a CFLCL. Percebeu-se que, à medida que as discussões entre técnicos e assessoria ia se desenvolvendo, os atingidos participavam mais atentamente. No espaço de tempo destinado à população atingida, o que se ouviu foram falas mais seguras e alguns deles falaram de sua condição de produtor rural e do seu amor à terra em que nasceram e foram criados; outros contaram a história de luta para conseguir comprar a terra que moravam, passando de meeiro a pequeno proprietário de terra; alguns denunciaram a forma de tratamento dada aos atingidos pelo empreendedor, acusando-os de invasão de propriedade no momento de fazer os estudos no local, conforme esta fala na audiência:

Boa tarde, meu nome é Décio, eu tenho uma propriedade lá na região atingida e esse pessoal da empresa aí, teve lá no meu terreno, e eu não estava lá não. Só meu empregado, que mora lá e é meu meeiro que estava lá. Mas eles entraram lá sem pedir licença, cortaram uma cerca, subiram o pasto e ainda fincaram uns marco lá. Eu queria saber de vocês se eu posso ir entrando na casa de alguém sem pedir licença, e pintando ela da cor que eu quero, trocando as coisas de lugar. Eles deveriam ter pelo menos, me procurado pra pedir pra fazer o que fizeram. Eu vou arrancar aqueles marcos de lá, e se fosse vocês, arrancaria o de vocês também.

No final da audiência, a população atingida apresentava uma transformação visível de comportamento em relação ao início. Podiam-se ouvir aqui e ali questões referentes à audiência:

Você viu menina? Como os homens saíram de cabeça baixa? Chegaram aqui achando que eram melhores que nós, e no final, estavam quase se afundando lá naquele banco (Sr. João - morador da Braúna, proprietário e atingido).

Esta empolgação por parte da população ocorreu porque, ao contrário do que ela esperava, a audiência lhe foi muito favorável. A empresa não conseguiu conduzir um debate técnico, abrindo caminho para que a população atingida e os membros da assessoria aos atingidos apresentassem grande número de falhas e incoerências no Relatório de Impacto Ambiental.

Aqui o uso da gravata é um mito, significando, a princípio, o poder pertencente da empresa, capaz de causar temor e insegurança nos atingidos. Posteriormente, quando eles perceberam que representantes da empresa e sua equipe técnica tinham dificuldade de argumentar, os moradores perderam

seu sentimento de inferioridade e usaram a argumentação comum em seu meio, com sua linguagem própria, sem medo de se expressar livremente. A partir daí se seguiram várias atividades em que a população atingida passou a participar, como a Romaria das Águas, O Grito dos Excluídos, Encontro de Atingidos, Dia Nacional de Luta do MAB, Encontro Internacional dos MABs, outras audiências públicas referentes a outras barragens etc. Houve, ainda, outra reunião com a CFLCL, que não foi uma audiência e sim uma reunião marcada a pedido da associação, para que a empresa pudesse apresentar algumas propostas, entre elas o valor das indenizações. Esta reunião foi tensa e as partes não chegaram a um acordo. Depois desta reunião, o clima de intranqüilidade na região atingida aumentou, porque a população concluiu que a empresa não estava disposta a atender a nenhuma solicitação da associação e, a partir de então, grande parte dos atingidos passou a impedir a entrada dos técnicos no campo, quando eles voltaram meses depois, para complementar parte dos estudos, e também nas outras vezes, quando foram solicitadas novas informações complementares.

A situação em que os atingidos se sentiram inseguros na presença dos empreendedores pode ser explicada pelo “viés urbano”. Ao mesmo tempo em que os atingidos não querem sair de suas terras e ir para a cidade, porque a cidade é “lugar de violência e de vida ruim”, eles se sentem inseguros na presença das pessoas do mundo urbano. Nas entrevistas de campo, várias vezes, foram ouvidas expressões que qualificam as pessoas da cidade, como:

Você, menina é da cidade, é sabedora das coisas (Lucia, moradora do sumidouro).

o povo da cidade aproveita que a gente aqui é muito simples e às vezes explora a gente (se referindo ao exemplo do técnico da CFLCL que invadiu sua terra e antes de ir embora lhe pediu café) (D. Madalena, moradora do Moinho Velho).

LIPTON (1976) chama a atenção que essa subvalorização do que é rural parte dos habitantes da cidade, que tendem a classificar o urbano com avanço, tecnologia, modernidade e conforto, e a classificar o rural como atrasado, rudimentar, desconfortável, bucólico³³. De alguma forma, os moradores rurais acabam por assumir essa postura como verdadeira. Ao mesmo tempo em que os urbanos criticam os rurais, parecem esquecer-se de

³³ Sobre isso ver também PEREIRA DE QUEIRÓS (1979).

que sua alimentação provém do meio rural. Além disso, segundo o autor, as populações rurais dos países mais pobres estão cada vez mais sendo privadas de projetos que realmente podem desenvolver sua produção e respeitar, ao mesmo tempo, sua cultura.

O “viés urbano” pode, no caso da barragem da Cachoeira da providência, explicar ainda duas situações neste processo. A primeira se refere ao fato de o prefeito ter autorizado a entrada de técnicos contratados pelo empreendedor nas propriedades rurais, sem solicitar permissão ou sequer informar as comunidades deste trabalho e do interesse sobre a construção de uma barragem no local. Isso constitui uma arbitrariedade e permite perceber o nível de relação de poder no município naquele período³⁴.

Com relação ao viés urbano, ainda ROTHMAN (1996a) relata que, na pesquisa de diagnóstico socioeconômico da população da área diretamente afetada pelo empreendimento, não foram entrevistadas, pelos técnicos, as famílias de mais difícil acesso, constituindo o que ele classifica como também um exemplo de “viés urbano” fundamentado em LIPTON (1988). A seguir apresenta-se uma citação constante no Relatório de Impacto Ambiental exemplificando a questão:

A partir da identificação de 86 propriedades na área afetada, foram pesquisadas 67 propriedades e um total de 77 famílias(...) Por tratar-se de região (...) de difícil acesso, a facilidade de contato com as famílias, no momento da pesquisa de campo, foi o que determinou a escolha daquelas que foram entrevistadas (4.4.3.2, p. 102).

Pode-se dizer que a primeira audiência pública foi um marco na vida da população atingida da zona rural e também da população do município de Pedra do Anta, representando para elas a oportunidade de poder falar, expor opiniões, ouvir e ser ouvida e saber que a participação dos atingidos teriam um grande peso na decisão final da FEAM. Os depoimentos a seguir foram obtidos durante o trabalho de campo:

*Aquela reunião lá na igreja esbarrou o pessoal da empresa, eles ficaram meio engasgados... (Joaquim, morador do Morro Vermelho).
Eu aproveitei para falar o que eu queria, desde que eles entraram na minha terra, eu fiquei com vontade de falar com eles sobre isso (Decio, morador da Sumidouro).*

³⁴ Refere-se ao período inicial de 1994. O prefeito em questão foi substituído na última eleição de 1996. O prefeito eleito nesta última eleição vinha fazendo um trabalho transparente com relação à construção da barragem, se colocando ao lado da população atingida. No entanto, faleceu em acidente de automóvel no dia 09 de outubro de 1999. Essa perda poderá ser prejudicial aos atingidos do local.

Eu gostei de ouvir, porque aquele professor lá (membro da assessoria) explicou muita coisa que eu não entendia, porque esse pessoal da empresa não fala nada pra gente (D. Marta, moradora da Braúna).

Eu não gostei daquela reunião acontecer na igreja não. Eu gostei da reunião, nunca tinha visto aquilo, entendi alguma coisa, outras eu não entendia...sabe como é? Tinha hora que eles falavam umas palavras que a gente não entendia... mas eu gostei. Só acho que não devia ser na igreja não, igreja é lugar de rezar... (Armando, morador do Pinheiros).

Houve um segundo momento, que muito tem a ver com a audiência pública realizada em Pedra do Anta, que foi a reunião, alguns meses depois, realizada em Belo Horizonte, na sede de reunião da Câmara de Bacias Hidrográficas do Conselho de Política Ambiental (COPAM), por ocasião do primeiro julgamento do parecer da FEAM sobre o projeto UHE Cachoeira da Providência. Grande parte da população atingida compareceu a esta reunião, que é aberta ao público, para acompanhar a decisão sobre o destino de suas vidas. Ao chegarem ao local, em ônibus fretado pela prefeitura de Pedra do Anta, havia duas viaturas da polícia militar aguardando-os. Todos os policiais estavam usando coletes à prova de bala, portavam duas armas e um pente de balas envolto no corpo. A população desembarcou do ônibus muito assustada e temerosa com a presença daqueles policiais. Não bastando isso, foram informados de que a entrada deles dentro do recinto da reunião estava vetada. Iniciou-se, então, uma manifestação pacífica e uma negociação entre os membros do Conselho e lideranças dos atingidos, CPT e assessoria. Após algumas horas, chegou-se a um acordo e a entrada foi permitida em grupos de 10 - entravam 10 pessoas e, somente quando estas saíssem do prédio, as outras 10 pessoas poderiam entrar. Foi uma reunião tensa, com divergências inclusive entre membros da FEAM e do COPAM.

Numa aproximação com um dos policiais na tentativa de descobrir o motivo da presença militar naquele evento, obteve-se a resposta de que a presença deles foi solicitada por causa da informação de que as pessoas que estariam presentes a esta reunião eram violentas e viriam armadas de foices e enxadas. No final da reunião, aproximadamente seis horas depois, a polícia foi liberada, mas, antes de se retirarem do local, procuraram alguns dos atingidos que estavam do lado de fora do prédio para apresentar desculpas formais pelo presença da polícia e todo seu aparato naquela manifestação pacífica.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurou-se refletir sobre o efeito da possibilidade de aprovação do projeto UHE Cachoeira da Providência na vida da população rural atingida, principalmente sobre sua organização e suas relações sociais. Procurou-se também analisar os efeitos que podem ser esperados caso o projeto obtenha licenciamento dos órgãos ambientais. Para isso, valorizou-se o modo de vida atual da população atingida, sua forma de organização e suas expectativas de futuro. De intenções etnográficas, buscou-se valorizar, neste trabalho, as observações vivenciadas pela pesquisadora no longo período de convivência no local. Baseando-se nos dados não apenas de entrevistas formais, mas também nas observações obtidas nos momentos informais e mais importantes para uma boa coleta de informações sobre um grupo, foram estudadas as representações sobre as categorias de Espaço, Tempo e Vida Pública e Privada entre a população de atingidos, a partir da análise da organização social do espaço. Nessa análise, viu-se que a população moradora da região atingida tem a sua própria forma de definir suas comunidades - o que a antropologia denomina de "conceito nativo" -, como elas surgiram e como os nomes dados a cada uma possuem uma história peculiar. Foi visto ainda como a possível transformação desse espaço pode alterar o relacionamento com o local a partir das alterações estruturais nas estradas, no curso do rio e nas margens, interferindo também nas relações sociais e de trabalho. Viu-se, ainda, que a consciência de que este espaço

poderá ser alterado já gerou conflitos, ansiedades e uma forte expectativa do futuro na população atingida. Essa expectativa está associada ao medo de prejuízo econômico, através da desapropriação das terras; ao medo de prejuízos sociais, ocasionado pelo rompimento dos laços sociais cultivados ao longo dos anos; separação dos familiares; separação do rio e de toda a paisagem que os rodeia e o medo relacionado à expectativa de um futuro onde será necessário fazer novas adaptações.

Também neste trabalho foi possível perceber que a ameaça da construção da barragem e da possibilidade de uma saída forçada do local de vida fez surgir, na população, a vontade de participar das discussões referentes às suas vidas; foi a responsável pela mobilização e criação da associação dos moradores; possibilitou à população estar refletindo sobre a vida dos seus antepassados, sobre o presente e também sobre o futuro. Neste processo de reflexão, tiveram a oportunidade de colocar na balança as vantagens e as desvantagens da vida na “roça” e da vida na cidade, possibilitando a cada um fazer uma opção.

Procurou-se também mostrar como essa população se inteirou de sua situação e ainda mostrar a forma gradual como ocorreram os acontecimentos e a inserção da população no processo, assim como a tomada de consciência sobre os fatos.

Depois de recorrer a várias literaturas sobre efeitos de construção de barragens, foi possível perceber que vários deles são vivenciados pela população atingida de Pedra do Anta. Apesar de este trabalho apresentar questões generalizáveis, ou seja, que são semelhantes a questões de outros trabalhos, este estudo de caso tem características específicas. A primeira delas é o fato de que, em todos os outros casos estudados, as pesquisas foram realizadas após a construção da barragem ter sido executada e a população atingida, muitas vezes, já ter se mudado do local anterior. Alguns autores, como Tereza D’Aquino, acabam utilizando a história oral como recurso metodológico para se reportar ao momento em que ocorreram as transformações na vida das pessoas. Ela tem estudado assentamentos no estado de São Paulo e alguns deles são de populações atingidas por barragens, que são analisados enquanto sujeitos expropriados de sua antiga terra de trabalho. Faz também o uso da categoria espaço, traçando as

percepções do antigo espaço e do novo oferecido no local do assentamento.

Diferentemente, portanto, dos outros estudos, este trabalho foi desenvolvido no momento presente vivido pela população de Pedra do Anta. Apesar de a mobilização da população ter sido crucial durante todo o processo, em que esta não pode aparecer como sujeito passivo e sim como sujeito ativo, ainda assim, em última instância, o destino dela será decidido pelo Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais (COPAM). Este trabalho de pesquisa tem sua finalização em momento que coincide com o processo decisório do projeto UHE Cachoeira da Providência, mas que infelizmente não será possível aguardar para apresentar aqui qual será o seu final.

Durante todo o trabalho, dois pontos chamaram a atenção da pesquisadora, de forma particular. Um deles se refere à forma de comunicação entre técnicos e população. A hipótese é de que este pode ser o maior responsável pela intensidade da tensão, conflitos e incertezas vivenciadas pela população, não só da UHE Cachoeira da Providência, mas também da UHE Emboque e UHE Pilar. O problema da comunicação envolve o não-repasse de informações, a não-interação entre comunidade e empresa, e isso vai além de um problema de deficiência pedagógica, envolvendo diferenças e interesses, por grupos que atribuem significados diferenciados a um mesmo acontecimento. Para a empresa, a construção da barragem significa progresso e desenvolvimento e os atingidos não visualizam isso porque são produtores rurais e de baixo grau de instrução, conforme citado no RIMA, já exemplificada anteriormente. Para os atingidos, a construção da barragem significa perdas e prejuízos em uma situação em que sua sobrevivência e cultura estão em jogo. Os técnicos da empresa não visualizam isso, porque não os respeitam e, ou, não valorizam sua forma de vida e trabalho. O que para a empresa seria um desenvolvimento, poderíamos aqui chamar de “desenvolvimento às avessas”, pois desenvolvimento pressupõe algo que emerge de dentro para fora. No caso das experiências dos atingidos por barragens, vê-se que a implantação desse tipo de projeto tem ocorrido de fora para dentro na tentativa de promover uma aceitação forçada da idéia de progresso, mas que para a população tem representado vários retrocessos econômicos, sociais e culturais. Não pretendeu-se, neste estudo, ao analisar os vários efeitos da construção de barragens sobre os atingidos, criticar a implantação de projetos que visem

desenvolver uma região. Mas defende-se a idéia de que todo e qualquer tipo de desenvolvimento só poderá ser bem sucedido se for democrático, contando com a participação da população, inclusive nos processos de discussão das políticas para sua implementação.

O segundo ponto se refere ao fato de a pesquisadora ter acompanhado a situação vivida pela população desde o momento inicial, o que permitiu perceber o grau de expectativa em que as pessoas estão vivendo, o que gerou um nível altíssimo de incerteza quanto ao futuro, o temor da mudança, não somente da paisagem local, mas também de suas vidas e o medo da readaptação em outro lugar.

A partir desse trabalho, algumas questões puderam ser levantadas e outras ficam apenas para reflexão. Pode-se refletir, por exemplo, sobre o processo de licenciamento ambiental para implantação de usinas hidrelétricas, mesmo as de pequeno porte, que proporciona um período estressante para todas as partes envolvidas. Esse transtorno poderia ser evitado, caso as empresas interessadas em tais obras agissem com transparência, priorizando a participação da população atingida ao lhe oferecer todas as informações necessárias desde o início do processo. Essa mesma população poderia ser estimulada a se engajar numa discussão mais ampla sobre a questão energética no País, pois atualmente tais discussões continuam a ocorrer de cima pra baixo, fazendo-se crer que aquilo que Estado e empresas privadas concebem como processo democrático limita-se à participação da população atingida nas audiências públicas.

Pretendeu-se abordar aqui nas considerações apenas as questões mais centrais do trabalho, finalizando com o depoimento de um atingido da comunidade do Sumidouro, mostrando a sua opção por continuar a viver na “roça”. Ao final de uma entrevista, lembrou-se de uma música que ele ouviu no rádio e a cantarolou, fazendo alusão de que o mesmo aconteceria com os produtores da região da barragem:

Se tiver que sair daqui, nós vamos sentir muita tristeza, porque a gente suou tanto pra ter o que a gente tem (nesse momento Seu Jorge interrompe e lembra de uma cantiga que toca no rádio ...)

de vez em quando toca uma cantiga no rádio em que o homem, mais a mulher e as moça venderam o pedaço de terra e foi pra cidade e com isso venderam a felicidade. Quando eles quiseram voltar, não teve mais jeito. Acabou tudo que tinha, o que ele pegou com a venda da terra acabou tudo lá na cidade..., é! toca direto no rádio... é que nem aqui, vai acontecer com a gente..., com esse

negócio da barragem, se a gente pega o dinheiro, com poucos meses, se a gente for pra cidade, não tem mais dinheiro, nem nada. E terra não acaba não. Terra tá aí. Larguei isso aqui uns cinco, seis anos, na mão dos outros, por conta daquela dívida que te contei. Quando eu ia voltar as pessoas me diziam: - terreno seu acabou Jorge.

Eu dizia: - acabou nada! È porque o pessoal que arrendava colocava boi demais. Tudo que eu tinha plantado antes, quando voltei não tinha mais nada. Lugar que cabia seis cabeças, eles colocavam umas quinze. Acabaram com meu terreno. Mas com ajuda de Deus e com muita luta, a gente venceu e tá tudo aí de novo. Daí agora, pensei que a gente ia poder ficar mais tranquilo, vem essa barragem pra incomodar a gente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, M. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Hucitec, 1994. 111 p.
- BASTOS, R.K.X. Impactos da construção de centrais hidrelétricas relacionadas com a água. Pressupostos para a avaliação e proposição de medidas mitigatórias. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PEQUENAS E MÉDIAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS, 1998, Poços de Caldas-MG. **Anais...** Poços de Caldas-MG: Comitê Brasileiro de Grandes Barragens, 1998. p. 19-20.
- BERMANN, C. **Consumo energético e repercussão sócio-ambientais**. Campinas: AIPSE/FEM/UNICAMP, 1990. 21 p.
- BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. 110 p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA n.º 10, de 06 de dezembro de 1990.
- CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1997. 256 p.
- CENTRAIS ELÉTRICAS DO BRASIL - ELETROBRÁS. **Plano Nacional de Energia Elétrica 1993/2015 - plano 2015: relatório executivo síntese**. Rio de Janeiro: 1995. v. 1, 104 p.
- CERNEA, M.M. Involuntary resettlement: social research, policy and planning. In: CERNEA, M.M. **Putting people first: sociological variables in rural development**. 2.ed. New York: Oxford University, 1991. p. 188-215.
- CIGNOLI, R. Ciudad y territorialidad: modos de abordar la cuestión. **Revista Política e Trabalho**, João Pessoa, n. 13, p. 77-100, 1997.

- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS DA REGIÃO SUL - CRAB. **Caderno de estudos básicos I**. Erechim: São Cristóvão, 1993. 21 p.
- DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 350 p.
- DA MATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. 177 p.
- DAOU, A.M.L. **Políticas de estado e organização social camponesa: a Barragem de Sobradinho**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. 255 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.
- D'AQUINO, T. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão-SP. In: CONGRESSO DA ANPOCS, 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996.
- DURKHEIM, E. **Socialismo/Émile Durkeim, Max Weber**. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 1993. 210 p.
- FAILLACE, S.T. **Comunidade, etnia e religião: um estudo de caso na barragem de Itá (RS/SC)**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1990. 264 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Museu Nacional, 1990.
- FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.
- FILHO, O.B.A. A produção do espaço e a análise geográfica. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 1, n. 31, p. 18-26, 1983.
- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes/Fase, 1987. 90 p.
- HÉBETTE, J. (Org.). O impacto do grande capital na Amazônia. In: _____. **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 7-14.
- LIPTON, M. **The poor and the poorest: some interim findings**. Washington, D.C.: World Bank, 1988. p. 1-68. (Discussion Paper, 25).
- MACEDO, K.M. A importância da avaliação ambiental. In: TAUKE, S.M. (Org.). **Análise ambiental**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 13-32.
- MARENGO, H. **Consideraciones acerca del futuro de las presas**. São Paulo: Comissão Mundial de Barragens, 1999. 23 p. (Trabalho apresentado em painel da Consulta Regional sobre a América Latina).

- MARTINS, J.S. A chegada do estranho: notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia. In: HEBETTE, J. (Org.). **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 15-35.
- MARTINS-COSTA, A.L.B. **Uma retirada insólita: a representação camponesa sobre a formação do lago de sobradinho**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. 297 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.
- MELLO, J.B.F. Geografia humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 91-115, 1990.
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 265 p.
- MORAES, A.C.R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1984. 215 p.
- MURGEL, S. B. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1989. 180 p.
- ODUM, E. **Ecologia**. México: Interamericana, 1988. 195 p.
- PEREIRA, G.M., DAHORA, A.F. Classificação de pequenas centrais hidrelétricas. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PEQUENAS E MÉDIAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS, 1998, Poços de Caldas-MG. **Anais...** Poços de Caldas-MG: Comitê Brasileiro de Grandes Barragens, 1998. p. 6-9.
- PEREIRA DE QUEIRÓS, M.I. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSANYI, T., QUEDA, O. (Orgs.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1979. p. 160-176.
- POOLE, A.D. **Energy trends in Brazil and large dams**. São Paulo: Comissão Mundial de Barragens, 1999. 7 p. (Trabalho apresentado em painel da Consulta Regional sobre a América Latina).
- RIBEIRO, R.F. **Campesinato: resistência e mudança - o caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: UFMG, 1993. 252 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.
- ROTHMAN, F.D. **Political process and peasant opposition to large hidroelectric dams: the case of the rio Uruguai movent in Southern**. Madison: University of Wisconsin, 1993. 439 p. Dissertação (Doutorado em Sociologia) - University of Wisconsin, 1993.

- ROTHMAN, F.D. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai 1979-1983. In: NAVARRO, Z., SCHIMITT, C.J., ROTHMAN, F.D., FOX, J., STEPHEN, L., MORAES, M.S., CORADINI, O.L. **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: UFRGS, 1996a. p. 106-136.
- ROTHMAN, F.D. **Comentários sobre o estudo de impacto ambiental - EIA/RIMA do projeto hidrelétrico da Cachoeira da Providência**. Viçosa: DER/UFV, 1996b. 7 p.
- SCHERER-WARREN, I., REIS, M.J., BLOEMER, N.M. **A implantação das barragens na bacia do rio Uruguai e suas implicações sociais: o movimento das barragens e os camponeses da região de Lages (SC)**. Florianópolis: UFSC, 1988. 27 p. (Relatório Final).
- SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: SIGAUD, L., ROSA, L.P. (Orgs.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 83-166.
- SIGAUD, L. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 18, p. 18-29, 1992.
- SIGAUD, L. **Crenças e interesses: por uma sociologia das condutas face ao deslocamento forçado**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. (Mimeogr.).
- SIQUEIRA, R.A. O que as águas não cobriam: tempo, espaço e memória. **Caderno do CEAS**, n. 151, p. 42-58, 1994.
- STAVENHAGEN, R. A comunidade rural nos países subdesenvolvidos. In: SZMRECSANYI, T., QUEDA, O. (Orgs.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1979. p. 26-38.
- TUAN, Y.F. **O estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. 278 p.
- VAINER, C.B., ARAÚJO, F.B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 86 p.
- VAINER, C.B., ARAÚJO, F.B. Impactos sócio-ambientais de hidrelétricas. In: CRAB. **Caderno de estudos básicos II**. Erechim: São Cristovão, 1995. p. 6-8.
- VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 131 p.
- VIANNA, A. **Hidrelétricas e meio ambiente: informações básicas sobre o ambientalismo oficial e o setor elétrico no Brasil**. Rio de Janeiro: CEDI, 1989. 150 p.

VIANNA, A. O movimento dos atingidos por barragens e a questão ambiental. **Revista Proposta**, n. 46, p. 5-5, 1990.

VIANNA, A. **Prisão em Lajeado Pepino: gênese e efeitos sociais de uma ação exemplar**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. 279 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

VIEIRA, U.G., ROTHMAN, F.D. A privatização e a questão ambiental: novos agentes e novas estratégias de agentes consolidados na construção de usinas hidrelétricas. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PEQUENAS E MÉDIAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS, 1998, Poços de Caldas-MG. **Anais...** Poços de Caldas-MG: Comitê Brasileiro de Grandes Barragens, 1998. p. 21-22.

WOORTMANN, E. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: UNB, 1997. 192 p.